



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1099/15	DATA: 07/07/2015	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 17h29min	PÁGINAS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JAILSON DE ANDRADE - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
PABLO VIANA DA SILVA - Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas.
INÁCIO ARRUDA - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará.
BIRA DO PINDARÉ - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Maranhão.
PAULO ROBERTO CORDEIRO - Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

Discussão sobre o atual cenário das iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico na Região Nordeste e subsidiar os trabalhos da subcomissão especial que trata do tema.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção ininteligível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Uma boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente audiência pública fruto do Requerimento nº 60, de 2015, de autoria do Deputado Jhc e subscrito pelos Deputados Hélio Leite e Luciana Santos, para discutir o atual cenário das iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico na Região Nordeste e subsidiar os trabalhos da subcomissão especial que trata do tema.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados pela Comissão.

Justificaram a ausência o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, que será representado pelo Sr. Jailson de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, a quem convido para fazer da Mesa — desde já, agradeço pela presença; o Exmo. Sr. Manoel Gomes de Mendonça Neto, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia; e o Exmo. Sr. José Icemar Lavôr Néri, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí, que terá como representante o Sr. Francisco das Chagas Alves Lima, Diretor de Tecnologia.

Não responderam ao convite para participar da audiência o Exmo. Sr. João Azevêdo Lins, Secretário de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia da Paraíba; a Exma. Sra. Lúcia Carvalho, Secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco; e o Exmo. Sr. Francisco de Assis, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe.

Convido, então, para tomarem assento o Sr. Jailson de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, que está aqui ao nosso lado; o Exmo. Sr. Pablo Viana da Silva, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Alagoas; o Exmo. Sr. Inácio Arruda, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará; o Exmo. Sr. Bira do Pindaré, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Maranhão; o Exmo. Sr. Paulo Roberto Cordeiro, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, e o Sr. Francisco das Chagas Alves Lima, Diretor de Tecnologia da SEDET, Piauí.



Esclareço que cada palestrante terá o tempo de até 15 minutos para a apresentação. A audiência está sendo transmitida pela Câmara, através da Internet, ao vivo. Encerrada a reunião, todas as exposições realizadas com o uso do Power Point serão disponibilizadas também na página da nossa Comissão.

Feitos os esclarecimentos, eu passo a palavra ao Secretário Jailson de Andrade para a sua apresentação. V.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. JAILSON DE ANDRADE - Boa tarde.

Eu trago os cumprimentos do Ministro Aldo Rebelo, que, infelizmente, não pode estar presente hoje aqui, pois está acompanhando a comitiva presidencial à Rússia. S.Exa. pediu que eu trouxesse a todos o seu abraço fraterno e desse as informações que os Srs. Secretários e Deputados desejarem.

Saúdo o Deputado Sandro Alex, Primeiro Vice-Presidente desta Comissão e Presidente desta audiência pública, e, na figura de um amigo de muito tempo, o Senador e agora Secretário Inácio Arruda, eu saúdo os Secretários presentes.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, através de suas Secretarias, do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, tem um conjunto de ações e de apoios extremamente amplo em todo o Brasil, em especial na Região Nordeste, que hoje é tema desta reunião na Câmara dos Deputados. O Ministério praticamente lidera as ações de ciência e tecnologia no âmbito do Governo Federal e é um dos poucos, senão o único, que tem condições de apoiar de forma ampla o sistema de ciência e tecnologia, pois ele apoia desde estudantes e pesquisadores, através dos seus CPFs, até instituições, através dos seus CNPJs, como Governos Estaduais, universidades e empresas. Então, o órgão tem uma linha de ação ampla.

Especificamente em relação à Região Nordeste, o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia é extremamente diversificado. Nós temos um conjunto de bolsistas de projeto extremamente expressivo, da ordem de milhares — há cerca de 10 mil bolsistas apoiados no Nordeste.

Talvez a iniciativa que mereça maior destaque nosso, para mostrar a importância da região, seja um programa que foi criado em 2004, há 10 anos, a Rede Nordeste de Biotecnologia — RENORBIO. Nós temos uma rede norte e uma rede centro-oeste, mas a RENORBIO envolve dez Estados, ou seja, os nove



Estados do Nordeste mais o Espírito Santo, e neles, em especial no Nordeste, ela apoia 36 instituições federais de ensino superior, ou seja, quase quatro dezenas de instituições. De 2010 até o momento, já foram investidos cerca de 45 milhões de reais só nessa rede. Para dar um exemplo, essa rede envolve 230 pesquisadores da Região Nordeste, 600 estudantes de doutorado e já titulou 230 doutores. Então, essa iniciativa é extremamente robusta e está servindo de modelo para o Ministério nesse momento em que nós tentamos agregar todas as redes e todas as ações de biotecnologia num grande sistema de biotecnologia. A Rede Nordeste é mais é antiga dessas redes regionais e certamente será uma das nossas inspirações.

Se nós observarmos outras ações relativas à Região Nordeste que todas as nossas secretarias apoiam, eu acho que vale a pena destacar a questão dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. O País conta com 126 deles, espalhados em todo o território nacional, e a Região Nordeste tem a coordenação de 16 desses institutos. Ou seja, 16 desses institutos nacionais têm sede na Região Nordeste. Um dos mais destacados, o de Transferência de Materiais Continente-Oceano, coordenado pelo Prof. Drude de Lacerda, do Ceará, é um modelo, hoje, de integração de estudos em ciência em que se consegue ter uma visão que vai desde as veredas até o oceano profundo. Então, esse instituto é exemplo para nós de uma visão extremamente integradora de ciência e também está servindo de inspiração para um novo planejamento de ciência e tecnologia que estamos fazendo.

Certamente há outros 15 institutos, todos eles de grande impacto tanto para o País como para região. Neste momento, eu apenas destaco um instituto do Nordeste.

Agora, é certo que, mesmo com 16 institutos, que são grandes aglomerados de pesquisa, há lacunas. Apesar de nós apoiamos a pesquisa em todos os Estados da Federação, e isso inclui o Nordeste, nós observamos que pelo menos três Estados — o Maranhão, o Piauí e o Estado de Alagoas — não lideram ainda institutos nacionais. Eles fazem parte de um conjunto de institutos nacionais, mas ainda não têm coordenação, o que implica a necessidade de uma ação concertada e efetiva nessa direção.

Outra questão relativa à Região Nordeste que nós vemos com muito carinho é que o Ministério de Ciência Tecnologia tem 20 institutos nacionais. Ou seja, além



dos INCTs, há 20 institutos de tijolo e concreto, com sala, existentes nesses locais, e na Região Nordeste, só há dois deles, um na Paraíba, que é o do Semiárido, e o CETENE, que é o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, em Pernambuco.

Certamente, há uma grande lacuna e um grande desafio para que os vários Estados da Federação, em especial o Nordeste, venham a ter a presença efetiva do Ministério de Ciência Tecnologia através de institutos bem instalados.

Um terceiro aspecto que eu gostaria de destacar nessa ação também de sanar possíveis lacunas é relativo aos parques tecnológicos, que hoje são um dado de realidade, um ponto de aproximação do setor acadêmico com o setor empresarial, e polos de inovação não só de ciência, mas polos nacionais e regionais de inovação.

Nesse caso, a Região Nordeste também se ressentir, porque tem quatro parques tecnológicos, dos 28 existentes no País. Temos dois parques tecnológicos em Pernambuco, um em Sergipe e um na Bahia, e há outros projetados, certamente. Esses são os que já recebem apoio. Nós acreditamos que esses parques podem vir a ser polos de desenvolvimento na região.

Hoje o Ministério de Ciência e Tecnologia está encarando várias questões. Sobre isso, o Ministro Aldo Rebele tem a visão extremamente nacional de que ciência, tecnologia e inovação precisa ser um instrumento de desenvolvimento regional. Para que seja instrumento de desenvolvimento regional tem que estar presentes em todo o País. E, ao estar presente em todo o País, é preciso encarar ações que sejam realmente estruturantes para o País.

Uma das questões que estão sendo elaboradas e consideradas neste momento tem o título preliminar de *Desafios e Soluções no Nexus Água, Alimentos e Energia*. Essa é uma questão que interessa a todo País e tem escala mundial, envolve a segurança hídrica, a segurança energética e a segurança alimentar. Então, há uma visão muito forte de atacar e operar nesse nexus de forma integrada.

Se nós observarmos, para produzir energia, seja ela de qualquer origem, é preciso água. Entre 7% e 20% da água do planeta é usada na produção de energia. Ao mesmo tempo, capturar, tratar e entregar água de qualidade, água potável depende de energia. Esse sistema depende de uma boa integração. E certamente



que o crescimento de biomassa depende de água e de energia. Essas são questões que novamente precisam ser tratadas de forma extremamente integrada. E esse é o foco principal dessa linha de ação do Ministério de Ciência e Tecnologia: produzir alimentos em quantidade e qualidade para a nossa população; produzir bioenergia de forma intensa, mas fazer o incremento da produção de alimentos de bioenergia minimizando o uso da água, minimizando o uso da terra, minimizando o uso de agrotóxico e o uso de fertilizantes, pois inclusive agrotóxicos e fertilizantes pesam muito em nossa balança comercial.

Essa é uma questão extremamente sensível para o Ministério. O Brasil será e está sendo olhado, e a Região Nordeste também, com um carinho muito especial, pois nós sabemos que o Nordeste tem grande sensibilidade em relação à água, precisa de grandes quantidades de energia e de alimentos para o desenvolvimento de sua população.

No nosso País, na realidade, há alguns paradoxos: água é sensível para a produção de alimentos no Nordeste e também na produção de alimentos no Norte, só que no Nordeste falta e no Norte há excedente de água, mas não de terra agriculturável para essa produção.

Esta é a visão integrada que o Ministro Aldo pede para passar para os Srs. Deputados e Secretários, a fim de discutirem o assunto.

Para encerrar essa primeira abordagem e poder responder algumas questões, um dos aspectos que tem sensibilizado bastante o Ministério é a expansão que houve no sistema de ensino superior no Brasil de 2008 até atualmente, tanto em relação às universidades quanto em relação aos institutos federais. Houve uma expansão imensa desse sistema. Um contingente imenso de jovens mestres e jovens doutores foi contratado, entre 2008 e 2013, último dado que temos. Dá para se observar que na Região Nordeste, nos últimos 5 anos, foram contratados 6 mil e 600 jovens doutores e 3 mil e 200 mestres nas universidades. Por outro lado, outro contingente de 1 mil e 500 mestres e 600 doutores foi contratado nos institutos federais.

Nós temos hoje um contingente de jovens na Região Nordeste com cerca de 5 mil mestres e 7 mil jovens doutores contratados por instituições, nas quais trabalharão cerca de 20, 30 ou 35 anos. Essa é uma questão sensível, pois esses



jovens doutores precisam de apoio urgente para se instalar e atuar em ciência, tecnologia e inovação na região. Os cerca de 4 mil e 500 mestres precisam de oportunidades para avançar, fazendo cursos de pós-graduação e doutorado, assim como os doutores precisam avançar, fazendo cursos de pós-doutorado.

Esse é um contingente de inteligência precioso para a Região Nordeste, mas, se não for apoiado com urgência, certamente que essas pessoas serão chefes de departamento, coordenadores de colegiado, vão seguir uma carreira administrativa precoce e, com isso, nós vamos perder força de trabalho. Essa é uma ação que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, sob a liderança do Ministro Aldo Rebelo, está olhando com muito carinho: como dar cidadania e garantir que esse contingente de jovens se junte ao que tem instalado na região e, ao mesmo tempo, potencialize a atuação em ciência, tecnologia e inovação.

Esta era a mensagem inicial que o Ministro me pediu para transmitir aos Srs. Deputados, aos Secretários e aos demais presentes.

Estou pronto para responder aos questionamentos dos senhores e dar informações adicionais. De antemão, eu peço profundas desculpas, pois eu tenho um compromisso às 16h30min e vou precisar me ausentar entre 16h e 16h15min, para cumprimento de uma agenda já prevista. A previsão era estar aqui o Ministro Aldo Rebelo, mas reitero que é um prazer estar aqui com as senhoras e os senhores, e estou pronto pra colaborar no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Jailson de Andrade.

Além do Deputado Jhc, agradeço a presença da Deputada Luciana Santos e dos Deputados Chico Lopes, Paulão e Afonso Motta.

Passo a palavra ao Sr. Pablo Viana da Silva, para sua apresentação.

O SR. PABLO VIANA DA SILVA - Boa tarde a todos. Primeiramente gostaria de agradecer e parabenizar o Deputado JHC pela iniciativa desta reunião. Quero agradecer também a presença do Deputado Paulão, que faz parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, representando o Estado de Alagoas, e a ilustre presença dos demais presentes.

Antes de apresentar os eslaides que eu preparei, gostaria de fazer um lembrete em relação a um projeto de lei em tramitação, Projeto de Lei nº 2.177, que



trata do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e que, seguindo a opinião do sistema Ciência, Tecnologia e Inovação — CT&I, acreditamos ser um instrumento muito importante que vai favorecer e permitir darmos o salto de inovação de que o País carece. O País, se não me engano, está na 14ª posição em termos de produção científica, isso medido em número de artigos publicados, mas ainda padece de colocações muito desfavoráveis, creio que a 40ª, em termos de inovação. Quando nós falamos em inovação, estamos medindo o número de patentes registradas. E, conhecendo a Região Nordeste, nós sabemos que isso ainda não é suficiente.

O Ministério de Ciência e Tecnologia tem apoiado nos últimos anos, através de suas políticas, a destinação de alguns recursos. Normalmente na ordem de 30% de todos os editais são destinados às Regiões Norte e Nordeste, justamente para poder suprir suas carências históricas. Mas algumas outras ações precisam ser complementadas.

No presente momento, nós precisamos contrabalançar os recursos financeiros, que estão cada vez mais escassos, principalmente este ano, com a aplicação de outras políticas que, de alguma forma, possam substituir a falta de recursos financeiros, a fim de aproveitarmos o máximo possível as estruturas já existentes, estruturas que conseguimos construir ao longo dos últimos anos.

Estou falando das universidades, incluindo as expansões pelo interior, como bem disse o Jailson de Andrade, do Ministério, estou falando dos parques tecnológicos, que já estão implantados, e de outros em consolidação, de que forma podemos aproveitar esses equipamentos e também estimular a presença dos pesquisadores, doutores, mestres e professores que estão na universidade, para que eles permaneçam nesses locais e possamos dar apoio para que haja o desenvolvimento regional.

O número que talvez não seja muito divulgado é que, na Universidade do Agreste de Alagoas, por exemplo, em que há um quadro com menos de 200 professores, 60 deles, ao longo dos últimos 5 anos, evadiram das instituições, preferiram fazer concurso em outras regiões, por diversas razões, não apenas por questões de infraestrutura, de apoio, de acesso a recursos de recursos financeiros. O próprio ambiente de inovação talvez não seja favorável pra algumas áreas.



Por isso, eu faço um apelo em relação ao projeto de lei, para que se faça seu amadurecimento e sua progressão, porque acredito ser ele um instrumento importantíssimo para permitir que os nossos pesquisadores que, inevitavelmente, no caso do Nordeste, estão localizados nas universidades, possam contribuir com a inovação para a sociedade.

Em países com outros regimes, que não o do Brasil, é oferecido um nível de segurança para que esses pesquisadores possam empreender, mesmo que por tempo limitado, possam experimentar sua criação no mercado.

O Brasil carece de políticas que estimulem esse tipo de coisa. Eu creio que uma das cláusulas desse código que está sendo proposto no projeto de lei é justamente apoiar o pesquisador para que ele se afaste da universidade por, digamos, 3 ou mais anos, podendo esse tempo ser prorrogado mais 3 anos, para que experimente no mercado aquele seu evento e assim possa dar uma contribuição direta para a sociedade. A sociedade não tem mais como esperar que o conhecimento gerado na universidade fique limitado aos muros dos campi. Então, a ideia de se ter os parques tecnológicos é justamente pela necessidade de aproximar as universidades das cadeias produtivas.

Vou apresentar nesses eslaides algumas iniciativas que o Governo tem colocado e que, de certa forma, estruturam esse desejo que foi agora resumido.

(Segue-se exibição de imagens.)

Existem algumas linhas gerais. O primeiro equipamento que estamos projetando é o Museu de Ciência e Tecnologia, no intuito prioritário de aproximar as diversas classes sociais. Então a cadeia produtiva, a cadeia Industrial do nosso Estado, precisa ter um olhar mais sensível para a nossa população, especialmente para a população mais carente. E eles farão essa demonstração de diversas formas, entre elas, através de um museu, o Museu de Ciência e Tecnologia, que tem o intuito principal de relatar, contar a história de inovação do Estado, para que a população possa fazer uso tanto como complementação da atividade escolar, ou seja, as escolas possam utilizar o equipamento do museu para a divulgação da sua história inovadora, como também para contar para os nossos visitantes, os turistas, como foi que se desenvolveu o Estado em termos de tecnologia, lembrando que



ciência e tecnologia é um instrumento que pode favorecer o desenvolvimento da região e é também um instrumento de soberania nacional.

Nós não podemos continuar nos limitando a adquirir tecnologias enlatadas ou simplesmente a adquirir tecnologias que vêm de outras regiões pra resolver problemas tão específicos da Região Nordeste, como as do Estado de Alagoas.

Um papel estratégico tem sido a estruturação e a integração das cidades, desenvolvido através de projeto de CVTs, Centros Vocacionais Tecnológicos, identificando, em cada uma das microrregiões do Estado, potenciais para que o Estado possa apoiar o desenvolvimento daquelas cadeias produtivas.

O diálogo entre os diferentes setores da economia tem sido estabelecido para que alguns setores, como, por exemplo, o sucroenergético, não se aproximem de outras cadeias, como a cadeia do plástico, que também tem despontado como uma cadeia importante para o nosso Estado, bem como a tecnologia da informação, através do seu polo de tecnologia na capital, Maceió.

A interface da tecnologia, inovação e cultura também transparece através desse equipamento que está sendo proposto, o Museu de Ciência e Tecnologia, uma preocupação nacional. O próprio Embaixador Carlos Henrique Cardim demonstrou a sua preocupação com a necessidade que o Brasil tem de registrar o seu conhecimento, a construção da sua inovação, o que é desenvolvido no território nacional.

Há ainda a popularização da ciência nas suas diversas formas de manifestação, não apenas eventuais, mas também perenes. Daí porque a proposta de construção desse museu de ciência e tecnologia no nosso Estado.

A ideia é reunirmos os valores do passado, sem abrir mão de todos os fatos históricos; estarmos situados no presente, dando ao Estado a modernidade de que ele precisa para levar à população um serviço de alta qualidade, e trazermos expectativas para o futuro, estimulando os jovens a buscar carreiras científicas. Um estímulo é a visita com experiências lúdicas a espaços como o Museu de Ciência e Tecnologia, que está sendo proposto, e a parques tecnológicos como o Parque Tecnológico de Alagoas, também no bairro do Jaraguá.

Este é o mapa da localização do terreno, que fica na região portuária de Maceió, capital do Estado. O bairro de Jaraguá está degradado, porque já não há



mais sentido na atividade econômica que existia lá. Ele foi fundado justamente por causa do setor sucroalcooleiro, cuja atividade está decaindo. E nós estamos dando uma nova roupagem a ele.

Projetos semelhantes foram feitos em Estados vizinhos. Em Pernambuco, o Porto Digital é um exemplo que, em diversos aspectos, vale a pena ser seguido. Pela nossa proximidade com o Estado, nós aproveitamos também para identificar possíveis problemas, a fim de corrigi-los desde já. Um deles que eu poderia elencar é a questão da integração social. Nós precisamos integrar os nossos jovens que vivem em comunidades segregadas, vulneráveis, para que eles possam participar desses projetos por meio de uma indústria criativa.

Nesse projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, haverá um espaço que vai fomentar a viabilização do uso de tecnologias para estimular jovens a enveredar na área de *games*, na parte de produção de conteúdo visual, na parte de música eletrônica. Então, existem várias oportunidades que fogem à cadeia tecnocrata, mas que acabam abrangendo setores culturais para também integrar essa parte da população.

Esta é uma ilustração que mostra mais ou menos o parque tecnológico, através do museu, em consonância com o Parque de Tecnologia da Informação, também em Maceió.

Outro programa que vale a pena ser citado é o Alagoas Digital, uma necessidade do Governo de se modernizar utilizando tecnologia da informação para oferecer serviço de alta qualidade ao cidadão. Isso já está consolidado na maioria dos Estados do País, mas infelizmente Alagoas ainda carece de soluções nesse aspecto. E serviços elementares por meio da WEB, quiosques digitais, são elementos que podem aproximar ainda mais o gestor principal da sua população, da sua sociedade.

Aproveitando uma oportunidade que nos tem sido que é o Canal do Sertão, tentamos dar continuidade aos desafios dela. Essa obra de quase de 3 bilhões está sendo implantada no Estado, e toda a tecnologia utilizada nela vem de fora de Alagoas, de outros Estados. Quando chegar a hora de se fazer um aproveitamento desse recurso natural que está sendo provido, a própria população não terá acesso



às tecnologias necessárias para fazer a gestão e o manejo do solo, a irrigação, e bombeamento de energia elétrica.

Então, temos tido a preocupação de nos aproximar da universidade, para ver de que forma ela pode contribuir com tecnologias de energias alternativas, como a solar, eólica, com o desenvolvimento de algoritmos e *softwares* que possam fazer a gestão do balanço hídrico dos solos, a gestão da irrigação. Todas essas são tecnologias possíveis de serem desenvolvidas dentro da universidade. E, através dos polos tecnológicos, nós fazemos essa aproximação.

Um exemplo é o projeto piloto, que foi desenvolvido pela universidade em Maceió, capital do Estado, mas o protótipo experimental está sendo implantado no agreste alagoano através do nosso Polo Tecnológico Agroalimentar na cidade de Arapiraca. Esse projeto piloto está previsto para começar a operar neste segundo semestre de 2015, e representa a consolidação de diversas tecnologias em diferentes áreas — agronomia, computação, engenharia —, todas em torno de um problema central que é o agricultor localizado na região do semiárido.

Há a questão da carência energética. Afinal de contas, é necessário não apenas o recurso hídrico mas também a energia para bombeá-lo até o território do agricultor. Isso envolve alguns desafios, gera emprego, diversifica a matriz energética. Existe então um esforço do Governo junto com as universidades de tratar, de forma mais equilibrada, desse problema e aproveitar essa oportunidade para estimular o desenvolvimento de tecnologias no território alagoano, em parceria com Estados vizinhos.

Este é um kit de irrigação. São estações de geração energética através de placas solares, que já são produzidas no Nordeste, através de força eólica, de controladores, um sistema de *software* que permite a partida das bombas sem o surto de energia que impediria a sua utilização através de baterias ou de placas solares.

Todas essas soluções estão sendo integradas, repito, através de diversas instituições trabalhando de forma coordenada, articuladas pela Secretaria, para que possamos prover o nosso Estado com um *kit* delas.

Finalizando, esta é apenas a ilustração do nosso polo tecnológico, cuja obra está em andamento. Quarenta e cinco por cento da edificação já está concluída. E,



no próximo ano, esperamos começar a hospedar algumas *startups*, empresas de médio porte, que tenham interesse em oferecer soluções tecnológicas não apenas para a máquina pública mas também para indústrias que se aproximam do Governo em busca de soluções. A empresa, devido a sua área de atuação, não tem ainda à disposição aquela vertente de solução tecnológica.

Agradeço a todos a atenção e me coloco à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Nós é que agradecemos, Secretário.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Pois não, Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Sr. Jailson Andrade, representante do Ministro Aldo Rebelo, um grande amigo.

Eu fiz questão de falar, Sr. Presidente, porque fui convocado para a CPI. Aqui, nesta Casa — não é, Deputada Luciana Santos? —, nós temos várias tarefas. Eu gostaria de pedir licença, parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer a todos senhores a presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Agradecemos a presença do Deputado Paulão.

Dando prosseguimento aos trabalhos, vamos, agora, passar a palavra ao Secretário Inácio Arruda, que nos honra com a sua presença nesta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA - Boa tarde a todos! Cumprimento o Presidente e todos os que possibilitaram a nossa presença, nesta tarde, na Câmara dos Deputados: Deputado JHC, que preside os trabalhos; Deputado Sandro Alex, que acabou de sair; a Presidente Luciana Santos, uma das autoras do requerimento; Deputado Chico Lopes; colegas de Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia: Paulo Cordeiro, do Rio Grande do Norte, Pablo Viana, nosso amigo de Alagoas, Chaguinhas, lá do Piauí, e nosso amigo Bira, lá do Maranhão.

Eu considero essa uma responsabilidade intensa, Jailson. Você representa aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministro Aldo Rebelo. Nós temos debatido bastante sobre esse tema. Recentemente, tivemos uma reunião com o Ministro, e vamos ter uma nova rodada dos Governadores do Nordeste com o Ministro, em Teresina. Esta reunião está acontecendo exatamente a partir de uma



reunião com o Ministro Aldo, no Ministério da Ciência e Tecnologia, em que Jailson também esteve presente.

Nós queremos ampliar os investimentos em ciência e tecnologia no Nordeste, por conta dessa necessidade absoluta de transformarmos a nossa região, que tem um potencial muito grande. E esse potencial cresceu nos últimos 10 anos, com a ampliação desta base extraordinária, que é formação superior na nossa região.

Só o Ceará ganhou mais duas universidades federais. Nós tínhamos um instituto federal na capital, e hoje temos 26 no Estado do Ceará, espalhados por todo o território. Temos três universidades estaduais e uma universidade internacional.

Isso que aconteceu no Ceará também aconteceu em Pernambuco, na Bahia. A Universidade Federal do Vale do São Francisco dá uma sustentação e um apoio extraordinário ao processo de produção na região. Então, há um potencial se alargando com a presença da formação superior.

O Jailson apresentou aqui dados de doutores e de mestres. Nós propusemos ao Ministro que aplicasse o exemplo da Rede Nordeste de Biotecnologia — RENORBIO em outras áreas do conhecimento. A área de energia poderia ser uma delas. Então, há condições absolutamente favoráveis no Nordeste brasileiro.

O Ministério contratou uma proposta para a região através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica — CGE, que está circulando em várias mãos. O Banco do Nordeste também produziu um material sobre o desenvolvimento do Nordeste em que um capítulo inteiro é dedicado à questão da ciência e tecnologia na nossa região. Infelizmente a presença do Ministério ainda é muito pequena, porque há o Instituto Nacional do Semiárido — INSA em Campina Grande e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste — CETENE em Recife. Nós precisamos ampliar essa estrutura não criando novos institutos, mas fazendo com que esses institutos estejam presentes no Nordeste.

Então, agora, estamos buscando consolidar um núcleo do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer no Ceará, para poder articular com outras instituições. Naquela região, há a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos — FUNCEME, que é uma instituição do nosso Estado que trabalha para todo o Nordeste e para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, que



tem uma pequena base no Ceará e no Rio Grande do Norte. Então, é preciso uma articulação muito forte entre esses institutos e as suas bases na Região Nordeste.

Eu tenho a opinião de que nós poderíamos ampliar esse potencial. Na área de energia solar, há um centro em Santa Catarina. Mesmo que em Santa Catarina faça muito sol, eu acho muito difícil que bata a nossa região e a Região Norte do País na média de sol. Então, seria um centro de P&D na área de energia renovável, especialmente de energia solar e eólica, em que estão os maiores parques.

Nós fizemos um esforço gigantesco para levar as empresas que montam as pás e aerogeradores para o Nordeste, porque a primeira decisão dessas empresas, quando chegaram ao Brasil, foi a de se instalarem no Sudeste, no centro mais desenvolvido, onde não seriam instaladas ou não haveria os maiores parques eólicos do País. Mesmo assim o seu destino era aquela região. Então, travou-se uma batalha inclusive aqui dentro do Congresso Nacional, para que elas se destinassem ao Nordeste brasileiro. Não levamos todas. Mas hoje uma parte dessas empresas está se constituindo no Nordeste, o que é muito positivo.

A mesma coisa ocorre em relação à energia solar, porque há uma relação entre pesquisa, desenvolvimento tecnológico e presença de parques industriais. Eu considero uma conquista muito importante a Jeep ter chegado a Pernambuco e já ter constituído um programa de P&D no Estado. Então, esses grandes parques industriais que vão se montando na nossa região têm que levar para lá os centros de pesquisa.

Nós precisamos levar com força o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento — CENPE, da PETROBRAS, que, mesmo sob fogo cruzado, anunciou que vai investir nos próximos 4 anos 130 bilhões de dólares. Nenhuma outra empresa situada no Brasil vai investir a metade disso no nosso País. E essa é a empresa que tem o centro de pesquisa com melhores condições, em termos de permanência e fluxo, de recursos, que não deixa o seu pesquisador à mingua no primeiro ano da pesquisa.

Esse é um programa muito estratégico para a nossa região: a presença de centros de pesquisas ligados às grandes instituições brasileiras. As grandes empresas brasileiras têm também que se voltar para a nossa região. E essa é uma decisão também de governo. O Governo põe a mão nisso, direciona-o. É assim em todo canto do mundo. Não há nenhum lugar do mundo onde não tenha sido o



governo que direcionou a instalação dos grandes centros de pesquisa. Inclusive determinados segmentos industriais são destinados para regiões com o objetivo de alavancar a economia daquela região. E a área da ciência e tecnologia tem esse papel destacadíssimo.

A nossa base hoje é bem preparada. O Jailson especialmente a conhece bem, e o Ministério sabe que nós temos uma base com condições de dar respostas muito boas e que ajuda intensamente o Brasil.

Quais são, então, os problemas que deveríamos examinar para alterar essa realidade? Eu vejo que o primeiro seria nós voltarmos a um projeto que se estabeleceu após a 1ª Conferência de Ciência e Tecnologia. Logo após, nós decidimos aqui, no Congresso Nacional, na Comissão Mista de Planos e Orçamentos, que os recursos destinados à pesquisa e à inovação não seriam contingenciados. Por qual razão? Porque não se pode dizer a uma equipe de pesquisadores que está desenvolvendo um produto, que terá grande repercussão na vida econômica das empresas brasileiras, que esses recursos vão acontecer no primeiro ano, mas no segundo ano ou terceiro ano ela não terá mais aquele recurso.

O período de maturação de um projeto normalmente leva esse tempo, no mínimo. Então, se se impede, pela via do contingenciamento, que esses recursos cheguem, cria-se um problema grave para a área da produção científica e tecnológica. Nós decidimos isso em 2002, logo após a primeira conferência, num debate muito aceso no Congresso Nacional, e vigorou de 2003 até 2011. Em 2011, essa cláusula da LDO caiu, e não há mais essa frequência e permanência da irrigação, por meio dos recursos, para os projetos. Isso vale para nós no Nordeste. Por quê? Porque é uma área que tem mais necessidade. Mas vale para todo Brasil, não há separação.

O segundo problema que eu vejo é a necessidade de se reforçar a presença da SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste nas instituições que deliberam sobre o assunto. Nós precisamos da SUDENE no Conselho da FINEP, nós precisamos da SUDENE no Conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. A presença se faz necessária. Nós temos que estar ali, porque são as instituições que mais financiam pesquisa, e em outras instituições. Estou citando essas porque uma tem relação direta com o MCTI



e a outra por que é a principal instituição de fomento ao desenvolvimento do País, que já tem um fundo muito significativo para a área de ciência e tecnologia, mas é preciso estar presente com mais vigor nessas instituições.

O outro é no órgão também do Ministério, o CNPq, e outro no órgão do Ministério da Educação, a CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nós precisamos de uma presença maior de doutores do Norte e Nordeste do País compondo as equipes do CNPq. Aliás, deveria haver um rodízio permanente para que não se mantivesse uma situação de dificuldades para a nossa região. Eu digo isso porque, num debate de projetos similares entre nós, o Nordeste normalmente sobra. Normalmente. Isso é uma regra que tem funcionado, e que precisamos superar. Mas só vamos conseguir isso com a presença das instituições da região nesses órgãos decisórios do Governo Federal.

Ainda sobre a SUDENE. Eu acho que ela precisa ser reconhecida como uma instituição importante. Ela é essencial para a articulação do desenvolvimento da nossa região, mas precisa ter presença marcante na área de pesquisa, desenvolvimento e investimentos dos fundos da SUDENE, juntamente com as universidades, com os centros de pesquisas e com as empresas da nossa região, as indústrias que estão na nossa região. Acho que a SUDENE tem que ter um papel destacado.

E outro é o Banco do Nordeste do Brasil. O Banco Nordeste está na nossa região, está sediado Nordeste brasileiro, no Estado do Ceará, mas sua participação ainda é pequena, ainda é muito pequena na área de apoio à pesquisa científica, tecnológica e inovação. É preciso fazer com que os bancos nacionais se voltem intensamente para a pesquisa, muito mais o Banco do Nordeste.

Nós temos o chamado Fundo Verde, o FNE Verde. O dinheiro está ali perto, e todo o mundo fica olhando. Mas há o miserável do juro, que teria que ser absolutamente negativo. Isso é investimento em ciência e tecnologia, que são a base do nosso desenvolvimento. Nós não vamos enfrentar essa realidade se não toparmos fazer com que...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Senão, Senador, fica como a linha do horizonte: quanto mais se aproxima, mais ela se afasta.



O SR. INÁCIO ARRUDA - É claro! O dinheiro está ali para você ir chegando. Mas você nunca chega, porque tem um impedimento.

Assim também a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP tem o Programa Inovacred, que, em nossa Região, nós acessamos pouco. Temos uma dificuldade imensa para transformar esse dinheiro, que é um crédito, em recurso de fato, investido em ciência e tecnologia para a nossa Região. Mas isso é um potencial que eu o vejo como uma grande iniciativa.

Acho que também devemos fortalecer o Tecnova, um grande instrumento que também está na mão da FINEP. Acho que é hora de aumentá-lo, de incrementá-lo. Neste ano, nós estamos sujeitos a cortes inevitáveis. Mas eu imagino que poderíamos dar uma injeção muito grande nos recursos não reembolsáveis da FINEP, que são capazes de ajudar a fazer transformações muito significativas nos nossos Estados. Os Estados que têm usado o Tecnova têm feito uma ligação muito boa com as empresas e indústrias da Região e com a academia.

Já falamos aqui dos bancos. Um terceiro tópico, o da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, é relativo à aprovação do Projeto de Lei nº 2.177, de 2011, que é muito importante para deixar mais disponíveis os pesquisadores que estão dentro da academia. Existe uma resistência natural dentro da própria academia. Mas há uma quantidade enorme de pesquisadores que estão dispostos a atuar diretamente com as empresas, que trabalham pesado, e estão contidos pela lei, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União. Quando um professor destes toma uma iniciativa, ele é indiciado e pode se tornar um marginal bem ligeirinho. E nenhum professor está disposto a correr tal risco em sua carreira acadêmica. Acho que esse também é um ponto que tem que ser trabalhado muito rapidamente.

Há outra questão que considero importante e que talvez nós tivéssemos que colocar como meta. Nenhum Estado pode deixar de ter uma estrutura avançada de parque tecnológico, apoiada pelo tripé MCTI/Estado/iniciativa privada. É claro que aí dentro está a academia, via MCTI, MEC e Estados. Mas a estrutura teria que seguir este curso e ter presentes, nos parques tecnológicos, o Governo Federal, através de suas instituições, o Governo Estadual e a iniciativa privada, garantindo que isso



aconteça de fato para todos os Estados da nossa Região, sem deixar nenhum Estado de fora.

Na sequência, existe um conjunto de instituições que dispõem de incubadoras. O Pablo até me falou que dá para se fazer uma pesquisa para saber por que algumas gostam de ficar incubadas por tanto tempo, porque nós temos que tirá-las dessa incubação. (*Riso.*) Mas nós precisamos incubá-las e também acelerá-las. Na nossa Região, há pouquíssimas aceleradoras. Do edital do MCTI, que incluiu uma lista de 16 aceleradoras, das quais chamaram 12, não sei exatamente, Jailson, mas parece que ficamos com 3, sendo que 2 estão num só Estado.

É preciso, portanto, avançar com as nossas aceleradoras por meio de uma ação conjugada. A aceleradora pode estar dentro de uma universidade, pode estar dentro da estrutura do Sistema S, pode estar conjugada com o Sistema S e as universidades e pode ser privada, juntamente com as universidades.

Eu acho que esse é também um campo muito importante para darmos velocidade à questão. Nós temos encontrado coisas extraordinárias. Às vezes estamos com um produto na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA que, se for colocado numa empresa aceleradora, terá muito mais velocidade.

Cito o exemplo de um grande amigo nosso, o Prof. Drude. Às vezes nós estamos ali dentro do Instituto de Ciências do Mar — LABOMAR, com um produto na mão, mas nos falta o gancho de ter uma empresa capaz de acelerar e transformar aquele produto em algo palpável para o povo da nossa Região.

É para isto que serve a ciência e a tecnologia: melhorar a qualidade de vida do povo da nossa Região. E há um espaço muito grande para o desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste brasileiro. Há uma enorme inteligência sediada em cada Estado da nossa Região. Não há um Estado que não tenha exemplos de pessoal de altíssima qualidade. Não dá para fazermos uma lista aqui.

Nessa minha nova tarefa e missão, eu tenho percorrido muitos laboratórios. É uma coisa fantástica o que se encontra ali. Mas, às vezes, existe o receio do pesquisador de que o produto dele saia da sua mão: *“E eu vou fazer o quê com meus mestres, meus mestrandos, meus doutorandos, que estão em cima desse projeto com o CNPq, com a CAPES. Se eu largar esse produto, não tenho mais os*



recursos para continuar com as bolsas dos meus mestrandos e doutorandos". Isso não pode ser, mas está lá.

Portanto, estão acontecendo coisas fantásticas na Região. A Rede Nordeste de Biotecnologia — RENORBIO é um exemplo disso, com o número de patentes que já ofereceu.

Então, eu proponho, Jailson, que nós peguemos o Banco do Nordeste e ampliemos aquele fundo do banco, que está muito curto para a Região inteira, é muito pequenininho; que nós peguemos a SUDENE com seus fundos, para destinar recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FNDE para pesquisa científico-tecnológica.

O FNDE já está financeirizado. Nós fizemos uma batalha aqui no Congresso Nacional para que isso fosse aprovado, porque estávamos perdendo muito dinheiro no Nordeste brasileiro com a não financeirização do Fundo. Nós financeirizamos o FNDE, que agora está rendendo. Tudo o que entra ali vai se transformando, vai aumentando. Mas nós não temos que deixar dinheiro lá parado. Nós queremos que ele renda, mas que seja aplicado. E nós podemos ampliar o percentual do Fundo que vai para a ciência e tecnologia.

Então, eu queria colocar nas mãos do Ministério essas duas instituições — a SUDENE e o Banco do Nordeste —, para acelerarmos o processo de desenvolvimento tecnológico da nossa Região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Nós agradecemos ao nobre Secretário, que, com sua experiência, traz-nos um debate enriquecedor e deixa aqui sugestões.

Lembro a quem está nos acompanhando também pela Internet, pela TV Câmara, que esta audiência foi requerida pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que eu presido, que está tratando do desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste. A nossa Relatora é a Deputada Luciana Santos, que já está ali registrando tudo. Com certeza, vamos fazer em breve um relatório que passará a compor também essa luta pelo desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste.



Quero agradecer ainda a presença do Deputado Chico Lopes, que está aqui conosco na Comissão. Registro que está também presente conosco o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Alagoas, Sr. Pablo Viana da Silva.

Já passou por aqui o Sr. Jailson Andrade, que faz parte da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, do MCTI. A presença de todos é importante para fazermos este debate harmônico e proativo entre o Executivo e o Legislativo.

O SR. INÁCIO ARRUDA - Sr. Deputado Jhc, antes de V.Exa. passar a palavra ao próximo orador, aqui está a proposta que foi encomendada pelo MCTI ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE. É claro que ela está sujeita às observações e alterações necessárias. Mas a Subcomissão pode beber dessa fonte, vinda de um amplo debate que foi realizado no Nordeste, com figuras exponenciais, entre elas a Sra. Tânia Bacelar, que é uma das consultoras que atuou amplamente no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Muito obrigado. Recebemos com muito carinho o documento, que também vamos passar à nossa Relatora e a todos os membros da Comissão, para que dele tenham ciência.

Dando prosseguimento, passo a palavra ao Secretário Bira do Pindaré, para fazer a sua apresentação.

O SR. BIRA DO PINDARÉ - Cumprimento o Deputado Jhc, na pessoa de quem quero cumprimentar os demais Parlamentares integrantes desta Comissão. Saúdo os colegas Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia na pessoa do Secretário Inácio Arruda, lá do Estado do Ceará, que acabou de se pronunciar. Cumprimento a Deputada Luciana Santos pela destacada atuação nesta Casa. Cumprimento os demais senhores e senhoras aqui presentes.

Eu sou o Bira do Pindaré. Sou também Parlamentar no Estado do Maranhão, Deputado Estadual, e estou na missão honrosa de ser Secretário da Ciência e Tecnologia lá no Governo do Flávio Dino.

Trago aqui algumas impressões. Inicialmente louvo a iniciativa deste debate, que acontece em momento oportuno, tendo em vista que há outras movimentações também nessa direção. Inclusive haverá, nos próximos dias, um encontro dos Governadores do Nordeste lá em Teresina, que estarão discutindo também ciência e



tecnologia. Os Governadores tomaram a iniciativa de construir um fórum especificamente para debater ciência e tecnologia no Nordeste. Então, esta Casa está sintonizada com uma movimentação forte que há no Nordeste, em relação a essa pauta muito valiosa, que é da ciência e da tecnologia.

Evidentemente, nós não temos como pensar em desenvolvimento sem pensar no conhecimento, sem pensar nas inovações, sem pensar na tecnologia, da qual somos cada vez mais dependentes. Precisamos cada vez mais dessas ferramentas como um fator de desenvolvimento, de que o Nordeste carece muito mais do que qualquer outra Região do País. Esse é o primeiro aspecto que eu queria abordar na minha fala.

Quando assumi a Secretaria, eu procurei fazer um levantamento da situação da ciência e da tecnologia no Estado do Maranhão. E me deparei com uma situação que é a seguinte: temos 5% da população com graduação de nível superior; 0,24 por mil habitantes de doutores; e apenas 0,67 por mil habitantes de mestres. Isso nos coloca na última posição do *ranking* nacional em relação à graduação e à formação de mestres e doutores. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE mostram que todos os Estados do Nordeste estão abaixo da média nacional — todos — em relação à formação de pessoas, formação de quadros de pessoas graduadas, de mestres e doutores.

Todos sabem que a formação de pessoas é uma condição fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico. Mas nós não temos essa formação. E não temos por quê? Porque, ao longo da história os recursos, têm sido direcionados majoritariamente para o Centro-Sul do País. Esse é um ponto fundamental. Nós temos que inverter essa lógica, nós temos que entender que ciência e tecnologia podem ser também um fator de equilíbrio do desenvolvimento regional.

Se continuarmos concentrando os recursos no Centro-Sul do País, estaremos também tencionando para que os cérebros, os bons talentos que existem no Nordeste — ainda poderia destacar aqui o Norte — migrem para o Centro-Sul e abandonem seus Estados. Não há uma perspectiva de colaboração mais efetiva por parte desses quadros, inclusive pelo papel de liderança que eles exercem no processo de desenvolvimento.



Então, nós temos uma carência muito grande na formação de pessoas. Quanto à infraestrutura, já foi citado aqui o problema do parque tecnológico. Cito também a questão da Internet, sem a qual não há como se falar em desenvolvimento tecnológico. No caso do Maranhão, 76% da população não tem acesso à Internet. No Nordeste, a média também é muito pior do que a média nacional. Isso exige uma intervenção organizada e articulada, com o apoio do Governo Federal, já que somos tão dependentes da União, para que possamos ter uma logística de Internet que favoreça um pouco mais esse desenvolvimento. Sabemos que, pela Internet, levamos educação, levamos formação, enfim, todas as ferramentas necessárias para o bom desenvolvimento. Em vista disso, hoje nós temos uma preocupação.

De fato, nós temos que reconhecer que o Governo Federal fez um investimento importante e expandiu as universidades públicas e os institutos federais no Nordeste. No Maranhão, só havia um instituto federal, como no Ceará, agora há mais de 20 institutos espalhados pelo nosso Estado. Mas ainda é muito pouco. Nós precisamos fortalecer mais essa rede que possibilita a formação de pessoas, o acesso às pesquisas, as condições de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido, o que o Maranhão está pensando, defendendo e pleiteando junto ao Governo Federal para que possa ser fortalecido? Primeiro, a educação profissional e tecnológica. Nós queremos fazer uma ação complementar. O Maranhão, nessa matéria, é extremamente atrasado, não tem uma rede de educação profissional e tecnológica. Se não fossem os institutos federais, não haveria formação de técnicos no Maranhão.

Então, o Maranhão resolveu investir em educação profissional e tecnológica, Deputada Luciana Santos. Lá nós já temos o Instituto Federal do Maranhão — IFMA. Mas agora criamos o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão — IEMA, um instituto estadual que vai cumprir o mesmo papel do instituto federal: vai formar técnicos de nível médio e vai formar tecnólogos de nível superior. Estamos dando a nossa cota de colaboração para esse processo. O Governador decidiu aplicar recursos na formação dessa rede, e vamos, até 2018, construir 23 unidades plenas de ensino técnico e tecnológico no Maranhão, com recursos do Estado.



Agora, sozinhos, nós não damos conta disso. Nós precisamos do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós precisamos do Ministério da Educação, nós precisamos de mais recursos. Sabemos que há um contingenciamento. Mas esse contingenciamento não pode ser um dogma. Nós temos que ter flexibilidade para compreender as necessidades urgentes do nosso povo.

Infelizmente a juventude, que tem sido vítima da violência e da criminalidade, acaba sendo jogada a essa condição, por falta exatamente de oportunidades. O modelo educacional que predomina no Brasil já se mostrou falido, não tem mais como se sustentar. E hoje eu sou defensor incondicional de que se reformule esse modelo educacional desde o currículo, passando pelas estruturas das escolas e, sobretudo, fazendo o casamento entre o ensino médio e o ensino profissionalizante, para que os jovens, sobretudo os oriundos das camadas populares, como eu sou, tenham pelo menos a chance de ter um ofício, uma profissão. Com isso, eles podem ter uma perspectiva de vida e inclusive sonhar em chegar à universidade e ingressar nas carreiras acadêmicas, científicas e tecnológicas.

Existe também a barreira do idioma. A Região Nordeste não tem fronteira com outros países. Nós não temos facilidade de acesso a outro idioma. As escolas públicas não ensinam outro idioma, tampouco as particulares, podemos dizer. Existe formalmente o ensino do inglês em todas as escolas, mas ninguém aprende inglês nas escolas. Para isso, quem tem condição é obrigado a ir para uma rede particular e pagar um extra. Mas o filho do pobre, que não tem condição, fica sem o segundo idioma, sem o que ele não consegue nem ir para o Ciências Sem Fronteiras, quanto mais pensar em ser mestre ou doutor. Então, nós precisamos superar a barreira do segundo idioma.

O Governo do Maranhão tomou uma iniciativa com relação a isso. Inclusive, acabei de ser informado aqui que a Assembleia Legislativa aprovou um projeto de iniciativa do Governo, um projeto nosso, lá da Secretaria de Ciência e Tecnologia, criando um programa chamado Cidadão do Mundo, que vai oferecer ao jovem de escola pública a oportunidade de fazer intercâmbio linguístico, exatamente com esse propósito de aumentar as camadas que têm acesso a um segundo idioma. Dessa forma, queremos estimular as escolas públicas a investir mais, a trabalhar mais a questão do segundo idioma. É um programa de incentivo. E eu acho que o Governo



Federal deveria pensar em algo parecido, para que houvesse, em todo o Brasil, um estímulo maior para a superação dessa barreira do segundo idioma.

Na questão do ensino superior, eu trago aqui a preocupação com as universidades estaduais. A Universidade Estadual do Maranhão — UEMA está caindo pelas tabelas. O Governo Federal não está nem aí, não dá a mínima para as universidades estaduais. Existe até movimento das estaduais, que estão pleiteando também a destinação dos recursos. Acho que isso é necessário até porque — não tenho a estatística aqui — a parcela de pessoas que estão na rede estadual de ensino superior é bem maior do que a das que estão na rede federal. Então, as universidades estaduais cumprem um papel importante na formação de nível superior. Mas, infelizmente, o Governo Federal não tem dado apoio para as universidades estaduais, o que é extremamente necessário. Trago, então, o exemplo da nossa universidade estadual, a UEMA.

Quero também chamar a atenção para o fato de que o Ministério da Ciência e Tecnologia teve uma iniciativa muito importante ao criar um plano de CT&I, um plano de ciência e tecnologia e inovação para o Nordeste. Trata-se de um plano excelente, que deve até servir de orientação aqui para o nosso debate e para todos nós que acompanhamos essa questão.

Mas houve um deslize apenas, pelo menos na nossa observação: esqueceram-se do programa aeroespacial brasileiro, o Programa Nacional de Atividades Espaciais, que fica no Nordeste. A principal base de lançamento de foguetes do País está no Nordeste, está no Maranhão, está em Alcântara. Dizem que o melhor lugar do mundo para se lançarem foguetes é Alcântara. Mas até hoje não se conseguiu realmente colocar esse programa para funcionar. Agora o acordo com a Ucrânia está em discussão, aliás, praticamente já foi por água abaixo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Isso só virá depois do Parque do Jiquiá, lá em Pernambuco, como está cantado em verso e prosa: *“Eu vou pra Lua, eu vou morar lá. Sair no meu Sputnik, do Campo do Jiquiá”*. Esse lugar é lá em Recife, em Pernambuco.

O SR. BIRA DO PINDARÉ - Ah, isso existe! (*Risos.*) Obrigado, Deputada Luciana.



Então, existe o programa, mas que está em crise. O acordo com a Ucrânia não foi para frente, e o Governo brasileiro parece que já abre discussões com outros países, o que acho importante. O Governo do Maranhão defende a retomada do programa. Agora, o que nós não queremos — era para isso que eu queria chamar atenção aqui — é que o Maranhão e o Nordeste fiquem apenas com o trauma das comunidades quilombolas, que foram expulsas das suas terras para que a base pudesse ser instalada. E até hoje nós não recebemos benefício algum do programa aeroespacial brasileiro.

Inclusive, vi aqui, no plano do Nordeste, que uma das metas importantes é a construção de centros de excelência. E o caso do programa aeroespacial brasileiro é emblemático porque o principal centro de excelência na área aeroespacial não está no Nordeste, está no Estado de São Paulo, em São José dos Campos. Então, nós temos que trazer centros de excelência para o Nordeste. Nós podemos ter centro de excelência no Maranhão, focado no programa aeroespacial brasileiro, nós podemos ter centro de excelência para a produção de satélites, nós podemos ter toda uma rede de articulação em torno da questão aeroespacial no Nordeste, até porque muitos que vão para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA são cearenses, são maranhenses. Não é isso, Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA - Isso é verdade. Somos mais de um terço desde que nasceu o ITA.

O SR. BIRA DO PINDARÉ - Pois é. E nós não temos nenhum centro de excelência. Então, nós somos defensores de que o Nordeste possa ter o privilégio de possuir um centro de excelência associado a esse grande programa, que achamos fundamental. É uma questão de soberania na área de ciência e tecnologia termos um programa aeroespacial, conseguirmos lançar foguetes, conseguirmos lançar satélites. Até hoje não conseguimos isso. Mas, no dia em que conseguirmos, teremos a nossa soberania garantida do ponto de vista científico- tecnológico. São poucos os países do mundo que têm essa condição. E nós, se trabalharmos bem, podemos alcançar isso.

Então, eu trago aqui essas impressões, que são iniciais. Gostei aqui da ideia do nosso amigo lá de Alagoas sobre a difusão, a popularização da ciência e da ideia dos museus, que temos de ampliar. Estamos também com a ideia de um museu



muito importante no Maranhão, na área de ciência e tecnologia, que é um projeto assinado inclusive por Oscar Niemeyer. Falta-nos recurso, mas nós estamos batalhando por isso.

É necessário que parques tecnológicos e museus sejam replicados em todos os Estados, além do fortalecimento das universidades, dos institutos, da rede de qualificação e formação profissional e tecnológica. Também os centros vocacionais tecnológicos — CVTs são extremamente necessários. Só existe um CVT no Maranhão, apenas um, que é o CVT Estaleiro-Escola, um exemplo, por sinal. Todo o mundo que vai ao Maranhão quer visitar o Estaleiro-Escola. Por que não fazemos outros estaleiros-escolas? Por que não se replicam essas unidades vocacionais em outras áreas de desenvolvimento, não só na área da construção naval, como é o caso? Nós podemos levar outros CVTs para o interior do Estado, que tem tantas potencialidades em tantas áreas.

Enfim, eu acho que a nossa capacidade é muito grande. O Nordeste tem tudo para ser um fator de desenvolvimento. E eu quero aqui invocar as palavras do Ministro Mangabeira Unger, Ministro do Governo da Presidenta Dilma que esteve recentemente no Nordeste, que esteve no Maranhão e já foi a outros Estados também. Essas palavras do Ministro, para mim, ficaram marcadas. Ele disse: “*O Nordeste pode ser e deve ser o principal fator de desenvolvimento do Brasil. Mas, para isso, é preciso dar um choque de ciência e tecnologia no Nordeste*”. Então, que ouçamos as palavras de Mangabeira Unger e que façamos disso uma realidade. Esse é o nosso clamor, essa é a nossa reivindicação, essa é a nossa luta e esse é o nosso sonho também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Quero agradecer e parabenizar o Secretário Bira pelas lúcidas colocações.

Estamos aqui fazendo um intercâmbio entre os Estados do Nordeste e alinhando os pensamentos, para que tenhamos uma política perene e que o Governo Federal volte os olhos para essa Região tão importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País.



O Dr. Jailson Andrade, Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está aqui conosco, já pôde proferir também a sua palestra, pois terá que se ausentar. Isso foi anteriormente já comunicado, Deputada Luciana Santos.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Deputado Chico Lopes, também para fazer alguma pergunta e participar do debate. S.Exa. terá que se ausentar logo após. Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Chico Lopes e, logo em seguida, à Deputada Luciana Santos.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Obrigado, Deputado Jhc. Eu não sou desta Comissão, mas venho acompanhando os trabalhos e cada vez me entusiasmando mais. Está provado que, nesta Casa, as Subcomissões funcionam bem melhor do que as Comissões normais, onde há uma confusão e todo o mundo tem um pitaco a dar.

A exposição dos nossos convidados nos deixou meio angustiados, porque, nesse tripé, quando se falou da SUDENE e do Banco do Nordeste, esquecemos uma instituição com mais de 110 anos de atuação e que deve ter, nos seus arquivos, muitas pesquisas principalmente sobre o Nordeste brasileiro: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS. Esse órgão vem sendo desqualificado há anos. Querem transformá-lo em agência reguladora, não realizam concursos para o órgão, que querem matar de inanição. E eu nunca consegui descobrir esse segredo. Embora tenhamos lutado muito pela revitalização do Nordeste, nós não podemos falar disso se não botarmos...

Mas eu queria só dizer que os Secretários de Ciência e Tecnologia estão bem afinados com os problemas do seu respectivo Estado. E quando V.Exa. fala de educação, Deputado, cito o artigo de fundo do *Diário do Nordeste*, um jornal importante no Ceará, que, por coincidência, fala exatamente do desempenho escolar. Mesmo havendo muitos alunos nas escolas, eles não têm aprendido o suficiente para repassar o aprendizado ou dele tirar algum proveito, em função do tipo de ensino que está aí. Eu faço hora comigo mesmo dizendo: "*Não aprendi inglês porque, no primeiro ano, era o verbo to be; no segundo ano, o verbo to be; no terceiro ano, verbo to be. E eu 'to brinquei' e acabei não aprendendo língua nenhuma*". (Risos.) Se houvesse continuidade, até que a gente se animava. Mas era



sempre o verbo *to be* ou não *to be*. E por aí fica o sistema educacional brasileiro, com essa falha.

Agora, eu queria fazer uma promessa, já que as iniciais do Presidente dos trabalhos, Jhc, são bem sugestivas da expressão “Jesus de Hóstia Santa”. *(Riso.)* Nós devemos formar uma comissão especial nossa para ver essas questões do Nordeste. Particularmente, existe um grupo no Ceará se movimentando — e já pediram a minha colaboração — para levar um centro tecnológico para lá. Já que vão muitos cearenses para o Centro-Sul, por que não fazer um no Nordeste e, se possível, no Ceará?

Nós somos pobrezinhos e precisamos desse instrumento. Mas queremos a participação de todos, porque, se não fizermos frente e começarmos a trabalhar, fica difícil solucionar essa história. Eu acho que os Deputados nesta Casa gostam muito de brigar, mas, na hora de se unificarem, cada um pensa primeiro na sua reeleição, etc. e tal. E isso traz um prejuízo muito grande para o nosso País, principalmente para o Nordeste.

Eu queria pedir licença para me retirar, por causa da reunião da bancada. Mas acho que, depois do relatório da Deputada Luciana, precisamos saber como vamos abrir mais diretamente esse debate com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Educação e também com outros Ministérios, porque o que não estiver no Orçamento não está em canto nenhum. Depois de toda essa discussão aqui, acho que nós temos que pensar em como mexermos no Orçamento da União. Isto é um princípio elementar: se não está no Orçamento, está onde?

Muito obrigado. E contem com este soldado raso, que não entende muito dessas coisas que vocês estão dizendo, mas que está aprendendo e achando bom.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Agradeço ao Deputado Chico Lopes o respeito e a colaboração que dá a esta Subcomissão. Com certeza, a sua experiência engrandece este debate. Nós estaremos sempre à disposição. Agradeço pela participação. Vamos divulgar os próximos agendamentos.

Gostaria de registrar também a presença da Deputada Tia Eron, baiana, nordestina, que vai participar conosco deste debate.



Passo a palavra agora para Deputada Luciana Santos, que é a nossa Relatora da Subcomissão. Logo em seguida, falará a Deputado Tia Eron.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Mais uma vez, quero parabenizar o Presidente da nossa Subcomissão, o Deputado Jhc, porque esta é a primeira atividade da Subcomissão. É muito feliz esta iniciativa, que junta o Ministério da Ciência e Tecnologia com muitos Secretários de Ciência e Tecnologia do Nordeste e, por outro lado, já revela as preocupações que os nossos gestores e os Governadores dos Estados nordestinos têm tido para traçar uma política de ciência e tecnologia.

Eu tive a honra de ser Secretária de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente na gestão do ex-Governador Eduardo Campos. De fato, esse é um assunto por que me apaixonei e continuo apaixonada, pelo sentido estratégico que ele tem. Aqui já foi dito, por vários oradores que me antecederam, sobre a necessidade de nós darmos cada vez mais à ciência, tecnologia e inovação a dimensão política e estratégica que têm.

Hoje mesmo, por coincidência, nós vamos aprovar, na Câmara dos Deputados — isso é o que espero —, uma política nacional de ciência e tecnologia. Está em curso aqui na Casa, desde a Legislatura passada, o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi dividido em várias partes: no plano; na Lei da Biodiversidade, que já foi aprovada, mudando o Marco Legal da Biodiversidade; e também no Regime Diferenciado de Contratação Pública — RDC para o setor. Do mesmo jeito que houve RDC para a Copa e para o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, é preciso haver RDC para a ciência e tecnologia, para que se possa facilitar o desenvolvimento da atividade de pesquisa e inovação.

O nosso Senador Inácio Arruda entregou aqui um documento, cujo surgimento eu acompanhei de perto. Ele fez parte de um debate num fórum de Secretários de Ciência e Tecnologia, quando o Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo Eduardo Campos era o Marcelino Granja, que é do nosso partido, meu e do Senador Inácio. Na época, o Marcelino Granja encomendou esse estudo ao CGEE, com a perspectiva de cuidar de um fenômeno importante e recente da história brasileira.



No ciclo político que se iniciou com Lula, lá atrás, ainda se pode perceber, apesar de todas as dificuldades, um mínimo de enfrentamento da desigualdade regional. Isso não quer dizer que tenha sido superada a desigualdade regional, mas que houve um mínimo de enfrentamento. Então, em muitas regiões hoje do Nordeste, não há um setor dinâmico da economia nacional que não esteja inserido. Registro aqui o setor automobilístico, a indústria de transformação, o setor da cadeia de petróleo e gás, o setor de energias renováveis. Também a indústria naval, que havia sido abandonada há mais de 40 anos, no nosso País, foi retomada no Nordeste.

Trata-se de uma dinâmica que precisa necessariamente de uma política de ciência e tecnologia. Do contrário, nós seremos meramente transportadores dos produtos, e não desenvolvedores de valor agregado, porque não teremos conhecimento suficiente para isso. Por exemplo, quando a indústria da Fiat foi para Pernambuco, felizmente se decidiu sobre o centro de pesquisa na área do automobilismo. Assim também o Nordeste precisa reivindicar em relação à cadeia do petróleo. Não adianta termos refinarias se o Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello — CENPES é no Rio de Janeiro. Os centros de pesquisas da cadeia de petróleo, esse ativo importante ainda mais com a descoberta do pré-sal, são todos no Rio de Janeiro. Existem seis centros de pesquisas no Rio de Janeiro. É preciso pelo menos distribuímos esses centros de pesquisa. Então, nós temos aí desafios.

Há muitas pessoas para falar. Como disse, eu sou animada com isso e tenho vontade de falar mais. No entanto, o tempo é curto, e nós precisamos garantir, de fato, que os nossos convidados possam desenvolver ainda as suas contribuições. E acho que tanto o Inácio quanto o Bira e o Pablo, que ouvi falarem aqui — quanto ao Jailson, peço desculpas pelo atraso, pois não o ouvi —, tocaram em assuntos importantes, como a banda larga, o idioma, o papel do BNB e da SUDENE e a energia renovável, destacada pelo Inácio. Se nós do Nordeste não desenvolvermos tecnologia para a energia solar, quem desenvolverá? Nós somos a parte do Brasil que está exposta por maior tempo a esse bem da natureza, portanto, precisamos desenvolver essa energia.



Fico por aqui, realçando a importância da nossa diversidade natural, dos nossos biomas, que são singulares e precisam cada vez mais ter o nosso olhar. A caatinga tem muito do seu potencial a ser explorada. Mas, como disse aqui o Bira do Pindaré, há escassez de recursos humanos não por falta de inteligência ou capacidade. Como bem lembrou o Inácio, os nordestinos são um terço dos alunos do ITA. Essa escassez ocorre exatamente por falta de infraestrutura para que essas competências se fixem no Nordeste. Nós exportamos competências. Portanto, a infraestrutura é essencial para que possamos fixar as competências e fazer com elas se desenvolvam na nossa região.

Era isso o que queria dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Agradeço à Deputada Luciana Santos.

Antes de passar a palavra à Deputada Tia Eron, eu gostaria de fazer um questionamento ao Dr. Jailson, porque me parece que, no Ministério, existe hoje uma comissão de estudos sobre isso. Então, a minha pergunta seria no sentido de como está se dando a interlocução com as Secretarias Estaduais. E, já pegando o gancho, peço que seja divulgada essa comissão, de que fiquei sabendo numa reunião no final da semana passada. Seria importante também que os Secretários pudessem acompanhar isso.

Passo a palavra agora à Deputada Tia Eron.

A SRA. DEPUTADA TIA ERON - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Mesa e os proponentes desta audiência pública, precisamente na pessoa da nossa Presidente Nacional do PCdoB recém-empossada. De público, falo aqui do meu orgulho e fortalecimento quando vejo uma mulher tomando posse, empoderadamente, de um espaço como esse dentro do PCdoB, um dos partidos tradicionais do nosso Brasil, acompanhada da nossa Vereadora de São José do Rio Preto, que ora também participa desta audiência pública.

Sr. Presidente, eu quero dizer que tomei conhecimento hoje na Bahia, através da Fundação Pedro Calmon, do nosso Presidente Zulu Araújo, de uma ação simples que quero compartilhar com a Mesa e demais colegas, uma ação voltada para a ciência e tecnologia, que eu acredito que serão seguramente uma moeda de troca



para tirar o nosso País da crise. Ele traz algo inovador por meio dessa Fundação, que é uma biblioteca virtual — eu digo que é algo inovador em termos do nosso Estado da Bahia —, por meio da qual os nossos meninos e meninas têm acesso a ferramentas de pesquisas gratuitamente. Nossos meninos nordestinos, mais precisamente os baianos, usando a *web*, terão acesso não apenas ao Google ou a todas as ferramentas e recursos disponíveis em temas tecnológicos, mas também a fontes limpas e altamente seguras de pesquisas, inclusive científicas.

Então, eu quero compartilhar essa experiência, que está sendo inovadora e até chamou a atenção do nosso Governador Rui Costa, que é do PT. Ele tinha uma agenda extremamente cheia, mas dela abriu mão em função dessa inovação promovida pela Fundação Pedro Calmon, no Estado da Bahia, que eu penso que é algo simples, mas efetivo e com uma eficácia que atrai os nossos meninos e meninas brasileiros como um todo, sobretudo os nordestinos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Sou eu que agradeço a participação da Deputada.

Trata-se de uma iniciativa louvável, que deve ser estendida também para outros Estados. Nós temos que democratizar o acesso à tecnologia e à informação ao máximo. Para essa nova geração de jovens, que chamamos de geração Y ou geração Z agora, é tudo muito rápido. Eles estão mais conectados mesmo e até preferem utilizar esse meio virtual de comunicação. Por isso, é importantíssimo estarmos sempre um passo à frente.

Então, agradeço à Deputada e registro a presença da Vereadora. Muito obrigado por estar presente aqui conosco.

Concedo a palavra ao Jailson, que fará as suas considerações finais. Logo após, para encerrarmos a nossa audiência, passaremos a palavra para o Secretário Paulo Roberto e o Diretor Francisco das Chagas Alves Lima, para que façam a sua apresentação.

O SR. JAILSON DE ANDRADE - Volto a cumprimentar o Deputado Jhc por presidir uma Comissão desta importância. Também cumprimento a Deputada Luciana Santos, que não estava aqui, e a Deputada Tia Eron.



Deputado Jhc, Senador Inácio Arruda, Deputado Bira do Pindaré, Deputado Pablo da Silva, eu acho que o que está sendo colocado nesta audiência é um motivo de alegria, pois vemos os Governadores do Nordeste se mobilizarem como um conjunto, irem ao Ministério da Ciência e Tecnologia e mobilizarem o Ministério ao ponto de ser criada uma comissão de estudos em relação ao Nordeste. Precisamos nos mobilizar, porque certamente muitas das dificuldades e virtudes do Nordeste todos já conhecemos. E precisamos mobilizar os Secretários Estaduais.

Então, eu creio que, neste momento, a mobilização está feita, está em curso. Agora eu acho que nós precisamos discutir algumas situações, que já foram colocadas aqui pelos Secretários, de como efetivar isso.

Eu vi ocorrer uma mudança significativa no Nordeste, nos anos recentes, com o advento dos fundos setoriais. O primeiro fundo foi o do petróleo, que previa 40% dos recursos para as Regiões Norte e Nordeste. Naquele momento, no Nordeste, só existia pesquisa em energia na Bahia e no Pará. Hoje existe uma variedade de pesquisas em todos os Estados do Nordeste, tanto que existem centros importantes, como o Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente — CIENAM, na Bahia, e o Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis — CTGAS-ER, no Rio Grande do Norte. Em vários locais existem centros voltados para isso.

O Senador e Secretário Inácio Arruda falou da possibilidade de criação de uma RENORBIO em relação à energia. Certamente esse é um ponto importante para o Nordeste. Dos 16 institutos nacionais de ciência e tecnologia que existem na Região, 2 deles são focados em energia, um em bioenergia e outro em energia fóssil. E esses estudos atravessam todo o Nordeste.

Se observarmos, em 2014, o Brasil foi um dos países que mais aumentou a capacidade instalada de energia eólica no mundo. O Brasil instalou 2.8 gigawatts de energia eólica. Isso equivale a mais ou menos três plantas de energia nuclear de 1 gigawatt cada uma, e o Nordeste é a área que mais concentra instalada a parte eólica. O Ceará tem, lá em Pecém, uma planta pioneira no uso de energia a partir das marés. Portanto, existem várias ações.

Dentre os outros institutos nacionais sediados do Nordeste, temos institutos focados em alimento, em saúde — pelo menos quatro deles são na área de saúde —, em ambiente, em nanotecnologia.



Neste momento, o que precisamos é agregar e tornar isso em iniciativas exitosas, como, por exemplo, os CVTs, no Ceará, que foram espalhados pelo País e hoje são uma iniciativa exitosa.

O Porto Digital, em Pernambuco, é hoje também uma iniciativa exitosa.

A Bahia criou um programa pioneiro no Brasil, um programa de 30 anos, que é o Estudo Multidisciplinar da Baía de Todos os Santos. Precisou mais de 30 anos? É. Ele foi desenhado em seis ondas de 5 anos. Já está na segunda onda. Hoje se chama Baías da Bahia, já envolve todo o Estado. É um sistema continuado, foi iniciado e bancado pelo Governo do Estado.

Se se observar, a costa oceânica integra-nos ao Nordeste inteiro, e é a maior parte, a parte Atlântica do Brasil, a Bahia é a maior individualmente, e o Nordeste, formado com a Bahia, é bem maior do que isso.

A minha sensação é que o avanço que tivemos com os fundos setoriais nesses últimos anos, inclusive quando não eram contingenciados — o CT-Petro 40%, e os outros fundos, 30% —, provocou um grande avanço. Mas o avanço em ciência, tecnologia e inovação não se dá em pulsos, ele precisa ser dado em um contínuo.

O Secretário Arruda mostra integrar a Sudene, o BNB e outras entidades. Neste momento, o nosso desafio, talvez seja aproveitar essa segunda onda, pós-fundo setoriais. O que é essa segunda onda? Sempre tivemos uma carência de escala em pesquisa no Nordeste. O que comentei aqui no início? Que esses 4.500 novos mestres já contratados, que são professores, 7 mil doutores no Nordeste já contratados, essas pessoas já estão lá e reforçam todo um contingente que existia anteriormente e que vai para mais de 10 mil doutores instalados no Nordeste.

Então, esse contingente já está. Se conseguirmos mobilizar esse contingente, apoiar e evitar que migre do Nordeste — e certamente vai migrar; naturalmente, ele migrará para outras regiões ou irá diminuir o seu ímpeto de trabalho. E, para isso, essa ação na Câmara dos Deputados, inclusive com uma Subcomissão para isso — com o apoio e o trabalho dos Governadores e dos Secretários — é extremamente importantes.

Se olharmos de uma forma, um terço do Senado da República é do Nordeste. Os nove Estados do Nordeste representam um terço do Senado da



República. O Nordeste representa 30%. Se, nesta Câmara dos Deputados, 30% de seus Deputados mobilizarem-se, será praticamente um terço, que se somará a um terço do Senado.

Acho que este é o desafio nosso neste momento: fazermos essa movimentação.

Segunda questão: acho que a agenda do Nordeste precisa migrar. E os senhores e as senhoras estão ajudando a construir a agenda do futuro, porque a agenda atual ainda é a agenda da escassez: falta água, falta alimentos, falta educação. Então, é a agenda da falta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Peço a palavra para fazer um adendo, até para poder entrar nas considerações finais e introduzir nossos questionamentos

Em conversa com o Secretário do nosso Estado de Alagoas, dele soube que o Canal do Sertão é uma obra que hoje está sem atingir a sua finalidade porque não tem energia. Ou seja, foi feito o Canal do Sertão, a água está lá, mas não beija o solo, porque se não tem como captar aquela água. E, na transposição do rio São Francisco, pelo o que estava conversando com o Secretário também, não se tem o projeto claro também de captação dessa água.

Então, é uma preocupação. Já estamos indo para a segunda etapa do Canal do Sertão. Então, queríamos uma melhor avaliação, porque esse estado de coisas já está começando a inquietar a população. Ele está sendo apenas um instrumento utilizado para abastecer carros-pipas, mas poderia, de outra maneira, de uma forma mais econômica, atingir essa finalidade.

Era isso.

O SR. JAILSON DE ANDRADE - Obrigado, Deputado, o comentário de V.Exa. é extremamente relevante.

Então, caminhando realmente para essas considerações, eu acho que a agenda do futuro não é a agenda da escassez. Eu acho que a agenda do Nordeste, para o futuro, é a agenda da felicidade. Se nós perguntarmos quantas pessoas querem ir ao Nordeste para trabalhar, ainda há uma resistência em relação às condições locais; mas, se perguntarmos pelo Brasil inteiro quantos querem ir ao Nordeste passar férias, especialmente no verão, será voz comum que todos querem ir para lá. É a felicidade, é a alegria que o Nordeste dá.



Então, acho que essa é a agenda que precisamos, ou seja, construir em conjunto. Certamente, o modelo de desenvolvimento da Bahia não é o mesmo de Pernambuco, não será o mesmo do Maranhão, não é o mesmo do Piauí.

As características de cada local precisam ser respeitadas. Por exemplo, Secretário Bira do Pindaré, no Nordeste, o Maranhão foi o Estado que mais aumentou proporcionalmente o número de professores na sua rede. Ele aumentou em 105% o número de doutores.

Então, vejam que, em 5 anos, dobrou o número de doutores nas universidades do Maranhão. Isso é um fato precioso. A Bahia aumentou, no conjunto, 63% — não chegou a 100%.

Se nós olharmos as universidades estaduais da Bahia, elas aumentaram esse número em 115%. Então, significa que o número total é um número expressivo, mas, nas universidades estaduais, que têm uma grande capilaridade no Estado, essa necessidade é maior ainda.

Então, são esses dados que eu acho que precisamos para implementar e articular esses cursos de pós-graduação.

Só um comentário de encerramento. O primeiro curso de pós-graduação na federal do Maranhão foi na década de 90. Naquela época, eu recebi a missão da CAPES de ir lá para resolver umas questões com as pessoas e criar o curso de pós-graduação em Química, porque nós considerávamos estratégico ter pós-graduação em Química em todo o País, e o Maranhão era um dos locais do Nordeste que ainda não tinha.

Então, isso foi uma missão naquela época. E hoje eu recebi aqui, do Secretário Francisco das Chagas, a notícia que o primeiro grupo de doutorandos em Química começou no Piauí. Eu vi, naquela época, quando foram os primeiros doutores em Química para o Piauí e se tornaram reitores das universidades, porque eram realmente escassos. Vários deles tornaram-se reitores e ajudaram desenvolver a Região.

Então, volto aos senhores a mensagem do Ministro Aldo Rebelo, que tem a grande sensibilidade para acreditar que o País só se desenvolverá se for de forma harmônica. E a missão que ele coloca para os Secretários é que pensem em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional.



Há, portanto, o compromisso do desenvolvimento nacional. O compromisso do desenvolvimento nacional é o de mitigar os desequilíbrios regionais e os desequilíbrios sociais. Esse é o grande mote. A partir daí, a Ciência, Tecnologia e Inovação será planejada de forma ampla.

Então, certamente, o Ministro é o grande fiador da Ciência, Tecnologia e Inovação no País, com uma visão especial para o Nordeste — ele é do Nordeste, de Alagoas.

Este Secretário veio aqui numa missão, mas, na realidade, não foi uma missão, foi um presente, porque eu sou da Bahia, construí toda minha carreira acadêmica e científica na Bahia e, mesmo em Brasília, meu grupo de pesquisas continua atuando firmemente em Salvador.

Então, é um prazer estar aqui com as senhoras e senhores. Estamos prontos para ajudar no que for necessário. É bom rever amigos, parceiros de outras caminhadas e quero dizer a vocês que estamos prontos para ajudar. E, mais uma vez, eu peço muitas desculpas, porque eu já tinha outra agenda para hoje que precisamos ajustar com a agenda do Ministro Aldo.

Então, obrigado. Sucesso! Estamos prontos para esta caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Eu que agradeço, Secretário.

Envie o nosso abraço ao nosso Ministro, que é de Viçosa, em Alagoas. Com certeza, S.Sa. está indo, mas está deixando aqui a alegria pertinente à Bahia.

Dando continuidade aos nossos debates, passo a palavra agora ao Secretário Paulo Roberto Cordeiro, que também fará a sua apresentação.

O SR. PAULO ROBERTO CORDEIRO - Prezados Deputados Jhc, colegas Inácio Arruda, Pablo Viana, Francisco e Bira, é um prazer estar de volta. Durante toda a minha vida parlamentar fui membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Aqui travamos importantes debates, entre eles o da privatização das “Teles”, que foi talvez um dos grandes debates desta Casa.

Hoje nós temos um modelo, se não o melhor, talvez o mais competitivo do mundo, mas que nasceu aqui dentro, primeiramente, com a Banda B, timidamente; depois, com a criação do órgão regulador.

Então, esta Comissão nesta Casa já tem história. Eu queria começar a minha apresentação dizendo que eu gostaria de deixar, no fundo, a mensagem de que a



inovação é a base da nova tecnologia. É através dela que os Estados do Nordeste poderão recuperar muito tempo. Quando fomentamos a inovação, as coisas acontecem com grande velocidade.

As novas gerações e, principalmente, os universitários, acadêmicos e mestres, que hoje nos presenteiam com uma inteligência acima do normal, comparado com outras épocas, com certeza farão esse papel de acelerar o crescimento do Nordeste, a melhoria e o patamar da mão-de-obra que a nova indústria, que é a do conhecimento, e a nova economia necessitam.

Eu me preparei para fazer uma apresentação. Eu até poderia fazer um debate, mas acho que ficou bem interessante. Então, eu gostaria de pedir licença aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para me levantar e fazer uma pequena explanação.

Eu estou no Nordeste, sou Curitiba, moro em Florianópolis e sou Secretário no Rio Grande do Norte. Então, a minha paixão pelo Nordeste é muito grande, é muito grande mesmo. A minha colaboração vai se dar justamente nessa área de tecnologia e inovação.

(Segue-se exibição de imagens.)

A minha Secretaria é uma junção de três: a antiga Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria de Energia e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e nós criamos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Para mim, o desenvolvimento econômico sustentado funciona em cima de um tripé, que é ciência e tecnologia, inovação e sustentabilidade. A partir daí, nós procuramos formular um planejamento estratégico para o Rio Grande do Norte para o período 2015/2040.

Quanto ao atual cenário das iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico na Região Nordeste, que é o tema da nossa reunião, nós encaramos esse desafio justamente em cima do que eu chamo de tripé: inovação, tecnologia e sustentabilidade.

Essa estrutura só irá funcionar se nós trouxermos para dentro dessa discussão, além do Governo, a iniciativa privada, o Sistema "S", órgãos como o SEBRAE e, principalmente, as universidades.



No Rio Grande do Norte, nós temos 19 regiões do Estado com institutos federais, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e com a Universidade do Semiárido. Então, essa capilaridade nos dá condições de pensar num projeto, que está em andamento, de um parque tecnológico na capital, com 13 centros de inovação no interior, envolvendo esses outros atores que eu citei agora, que nós chamamos de hélice tríplice.

Ou seja, todo governo, toda empresa, toda universidade têm dentro deles um setor, uma parte que está voltada para a inovação, para a ciência e para a tecnologia.

Como fazer com que haja essa interação é o nosso grande desafio. Se nós conseguirmos fomentar esse movimento, para que voluntariamente as indústrias venham, as empresas venham, a universidade colabore — e o Governo atrapalhe menos —, eu acho que nós vamos conseguir fazer algo que vai beneficiar a população como um todo.

Então, dentro deste atual cenário, o Estado está dividido em nove regiões, e nós procuramos intensificar junto às empresas que estão nessas regiões para que elas passem a investir em capacitação, investimento e em pesquisa na área de inovação tecnológica, para se tornarem mais competitivas. Nós estamos mostrando para elas como elas podem se tornar mais competitivas.

A grande vantagem de ter essa capilaridade a que eu me referi — a do Ensino Superior no Estado — é que nós estaremos sempre prontos a subsidiar com novos cursos, com cursos especiais, com aquelas indústrias que estão se modernizando ou com aquelas indústrias que estarão lá se instalando.

Eu queria dar como exemplo a ida da FIAT para Pernambuco. O Estado da Paraíba, que está na divisa com Pernambuco, quando percebeu essa movimentação, passou a assediar a FIAT no sentido de conseguir o máximo de informações do que ela faria lá e conseguiu o planejamento de contratação de recursos humanos para os próximos 10 anos.

Rapidamente, no Estado, principalmente no entorno, próximo à divisa com Pernambuco, eles passaram a oferecer cursos e treinar pessoal com o SEBRAE, com o SESI, com as Universidades. Hoje o Estado da Paraíba fornece mais mão de



obra para a fábrica da FIAT do que o próprio Estado do Pernambuco, que sedia a indústria. Isso porque ele conseguiu envolver ali o Governo, as empresas, a universidade e possibilitou que, com inovação, se chegasse a um processo de treinamento mais efetivo.

Então, se nós trabalharmos no sentido da expansão do Sistema Nacional de Inovação, com cada Estado fazendo a sua parte — e inovação tem que ser aberto, tem que ser anárquico, tem que estar disponível para que todos acessem esses avanços, esse conhecimento —, iremos, com certeza, reduzir as desigualdades regionais, pelo menos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação — TIC, porque as ações governamentais têm, por obrigação, facilitar esse caminho.

Aí vem o que nós chamamos de empreendedorismo. O nosso Parque Tecnológico está sendo financiado pelo Banco Mundial. Ele ainda não está pronto, está na fase final de algumas definições, e a rede de inovação que nós estamos estruturando no interior dará suporte para esse parque.

Agora, o que nós visamos com isso? Nós visamos que o conhecimento, que a tecnologia sirva para que surjam novos empreendedores, porque, no final, isso tudo será viável se nós conseguirmos que uma nova geração de técnicos, de empresários, de empreendedores aproveite essa mudança, aproveite essa migração do conhecimento.

Então, junto com os centros de inovação, nós teremos também — trazendo para dentro disso órgãos como a Federação das Indústrias, o SEBRAE, o SESI, o SENAI —, os centros de empreendedorismo, para darmos as bases para que esse pessoal possa se fixar na região, de acordo com a vocação de cada região, e para que possam, realmente, transformar aquela situação que alguém falou aqui hoje, de que vai ser incubadora sempre. Não, ele deixará de ser uma incubadora quando nós dermos condições de ele ter acesso a um financiamento, de ele ter um treinamento para aprender a ser empresário, de ele poder comprar e montar sua empresa ou a sua fábrica de *software*, enfim, aquilo que ele chegou a desenvolver.

Então, os centros de empreendedorismo já estão em operação, já estão em funcionamento, e eles foram escolhidos após identificar em cada uma das regiões as suas potencialidades.



E é em cima disso que nós trabalhamos, avaliando cada região ou cada mesorregião do Estado. Isso nós estamos chamando de @inovarn.

Então, esses centros de inovação permitem que todos os outros acessem e compartilhem aquilo que está sendo produzido em cada uma das outras regiões e que eles possam encurtar caminho também, se estiverem caminhando na mesma linha.

Nós tomamos por base aqui três projetos que julgamos muito interessantes hoje. Há o projeto de Cingapura. Em Cingapura, hoje, 51% dos novos empregos gerados se deram em razão dos centros de inovação criados. Há o projeto de Barcelona, que, mesmo com toda a crise que ocorreu na Europa, apenas duas regiões da Europa não sofreram crise: a Galícia, que é a região da Zara, uma região têxtil, que vende para o mundo inteiro, e a região de Barcelona, onde funciona a área de TIC mais conhecida da Europa.

E a terceira experiência, obviamente, é o Vale do Silício, que foi onde tudo começou nessa área que é o tema do nosso debate de hoje aqui.

Então, o processo de inovação deve ser analisado por meio de duas perspectivas: a macro e a micro.

Então, dentro de uma análise do sistema, das redes existentes, e, depois, fatiando isso, no âmbito microinstitucional — que é onde podemos avaliar a questão daquela região, daquele município, sobre o que podemos impulsionar ali, desenvolver ali —, nós conseguimos fazer um trabalho mais cirúrgico e avançar, sem que essas coisas se concentrem apenas nas grandes cidades, porque muitas vezes é isso que acontece, ou seja, a mudança, a migração de todo mundo que está produzindo conhecimento para os centros maiores, por falta de um apoio ou por falta de uma base, e essa base é dada pela capilaridade do sistema universitário hoje existente no Rio Grande do Norte.

O que acontece? Quando se está trabalhando no macro, quando se está trabalhando no micro, quando se está descendo ao nível mais próximo da população, incentiva-se o empreendedor individual.

Nós sabemos como surgiu um Bill Gates, como surgiram vários empreendedores americanos. Todos eles foram, inicialmente, empreendedores



individuais, muitos, inclusive, deixando até a universidade para desenvolver o seu projeto.

Segundo nosso conhecimento e nosso entendimento, nada começa lá em cima, na grande indústria. Não é porque você tem uma fábrica da FIAT que teu Estado vai progredir. Ele vai progredir, mas se você tiver todas as cadeias. E a maior possibilidade de um Estado ter sucesso é quando você investe no microempreendedor, no empreendedor individual. E digo isso porque a tendência é que ele, com o conhecimento, com treinamento em processos e organização, com acesso às redes de empresas para as quais ele possa vender o produto dele, aquilo que ele desenvolveu, que ele possa rapidamente interagir com as associações, com as comunidades que têm espaço para o produto dele, passe a atuar em toda a mesorregião, em todo o Estado e em todo o país.

É muito mais tranquilo e muito mais gratificante quando nós focamos no pequeno. O brasileiro tem essa vocação de empreendedorismo, talvez seja um dos povos que mais têm. Todos têm, alguns precisam ser incentivados.

Se nós temos um sistema econômico que está representado ali por aqueles anéis e dele nós extraímos subsistemas e criamos com esses subsistemas uma rede, essa rede define processos de atuação para a identificação das vocações e para a identificação dos processos de inovação que devam ser incentivados, nós passamos a descer num nível mais próximo possível que teremos desse empreendedor individual em potencial. E ele vai receber, ou ele vai colaborar ou dar a sua participação naquilo que ele está pesquisando, naquilo que ele está desenvolvendo, e esse tipo de apoio vai poder transformá-lo rapidamente em alguém que produz, em alguém que vai fazer parte de uma cadeia e alguém que vai levar a inovação e a tecnologia que ele desenvolveu rapidamente para o mercado.

Aqui, nesse modelo, é muito mais rápido transformar as incubadoras em empresas.

Mas, afinal, o que todos nós procuramos, quais são as iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico realizadas no Nordeste? Muitas vezes, são mais acadêmicas. Eu ouvi hoje preocupações mais voltadas com a ciência pura, com a tecnologia, mas também ouvi gente mais preocupada com a prática. O nosso foco, a nossa preocupação maior no Rio Grande do Norte, é como aplicar ciência e



tecnologia, como incentivar a inovação para atração de indústrias, para mudança do patamar daquela indústria que já está instalada, mas, principalmente, como usar isso em benefício do homem. Ou seja, como nós vamos mudar o patamar da qualidade de mão-de-obra, da qualidade daquele universitário para que ele esteja preparado para o mercado de trabalho que existe e que, dentro da nova economia, ele é muito mais dinâmico do que é hoje dentro da universidade?

No momento em que nós interagimos, a universidade, a indústria e o governo, nós conseguimos, de certa forma, mostrar os outros 180 graus que ele não vê na universidade, que ele não vê nas escolas técnicas, que ele não vê nos cursos que ele frequenta.

As metas que nós temos, por exemplo, no Inova RN, que é essa rede de inovação que nós estamos implantando no Estado, têm o foco científico e tecnológico, mas têm também o foco de rapidamente levar isso para a prática, através dos centros de empreendedorismo que irão funcionar nesses centros de inovação, todos eles ligados com o parque tecnológico que fica na capital.

Com isso, pretendemos atingir metas, tais como: produzir novas patentes no Estado, metas para pesquisa e desenvolvimento, metas para registro de *softwares*, metas para capacitação dos empreendedores.

À medida que você mapeou de baixo para cima, da cidade menor para as mesorregiões e das mesorregiões para a capital, você tem um mapeamento quase que fatiado daquilo que é o teu Estado. Com isso, o objetivo é a inclusão social, é transformar o empreendedor estadual, o empreendedor individual em alguém que, com base no ensino e no desenvolvimento tecnológico e inovação, passa a ser um empreendedor, passa a ser um empresário, passa a gerar emprego e passa a produzir riquezas.

Nós temos que estar sempre nesse processo, valorizando e atuando muito próximo das universidades e dos cursos, para que esses cursos, tanto os técnicos, dos institutos federais, quanto os de graduação e pós-graduação, sejam ministrados de forma que aquela vocação que se tem hoje no Estado e na região esteja precisando; que aquele tipo de indústria, aquele tipo de empresa esteja procurando. E nessa interação os Centros de Inovação têm-nos ajudado muito.



Em âmbito de desenvolvimento tecnológico e inovação, há os incentivos à pesquisa aplicada, há os polos de inovação e os serviços tecnológicos, há orientação para a defesa das patentes e há a aplicação prática em alguns programas que nós já estamos implantando.

O Estado do Rio Grande do Norte tem um polo têxtil muito grande. Hoje, as maiores indústrias têxtil do Brasil estão lá. E nós criamos o programa Pró-Sertão. Por exemplo, uma única indústria tem, numa única fábrica, 20 mil empregados. Aí ela quer dobrar a produção ou ela quer ir produzir na China ou no Paraguai; então, qual é o desafio? *“Não, eu quero produzir no Paraguai, eu não tenho imposto e o meu imposto de importação é 1%. Aqui no Brasil eu estou com dificuldades. Eu tenho uma legislação trabalhista que me retira a competição. Aí eu vou produzir na China”*.

Tudo bem, mas acontece o seguinte: têm coisas que são blefes, porque o brasileiro gosta de moda, e a moda brasileira não é a moda da China e nem do Paraguai. E aí vem o que se chama de *“fast fashion”*, que é uma tendência mundial, ou seja, as pessoas, principalmente os jovens, as mulheres, estão acompanhando uma novela ou um filme e aquilo que foi apresentada hoje, a roupa que se usou hoje, é o que todo mundo quer procurar amanhã.

Isso nós conseguimos trabalhar, desenvolver; conseguimos criar dois programas de governo que financiam, por exemplo, o ICMS da indústria e a energia da indústria, baixando os custos de produção. Com isso, conseguimos definir um programa, utilizando o PRONATEC, o SEBRAE e o SENAI.

Num primeiro momento, a indústria simplesmente corta, empacota e manda para as regiões mais pobres do Estado, regiões onde o pessoal foi treinado; recebeu tecnologia; recebeu o treinamento de SEBRAE para ser empreendedor; recebeu o treinamento de SENAI para ser fábrica, uma pequena fábrica; recebeu financiamento do Banco do Nordeste. Portanto, aquele pessoal tem todo um treinamento de um Instituto Federal ou acompanhamento da própria indústria, que está dentro de um programa.

O resultado é que, agora, de 2015 a 2018, vamos gerar 9 mil e 600 empregos e 300 novas empresas, com transferência de tecnologia na área têxtil.



Então, isso é uma aplicação daquilo que se vem desenvolvendo na área de ciência e tecnologia.

O parque tecnológico é fundamental. Eu acho que o Estado que não o tem, tem que buscá-lo. É muito importante que todos os Estados tenham um parque tecnológico e que o Brasil tenha uma rede. Em cada Estado a vocação vai ser diferente. E é aí que está a parte boa, porque, na vocação diferente, um aprende com o outro e um empresta para o outro aquele conhecimento.

E devemos ter sempre, através ou do Ministério, através da SUDENE ou do Banco do Nordeste, da Caixa Econômica, nós temos que ter sempre — e isso é algo que os Secretários aqui têm que se unir para conseguir — programas de incentivo para aquisição de equipamentos para prospecção tecnológica, para que os empresários, os empreendedores individuais, os pequenos e médios que estejam querendo crescer, tenham acesso a isso, porque o conhecimento os leva a saber escolher, a saber crescer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Secretário, só um minuto. Nós já extrapolamos os seus 15 minutos e lhe concedemos quase o dobro do tempo. Apesar da tolerância, ainda há um palestrante para falar, e daqui a pouco a Ordem do Dia vai começar.

O SR. PAULO ROBERTO CORDEIRO - Então, eu vou acelerar a apresentação para V.Exas. não perderem a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - O senhor sabe bem disso, não é? Já tem experiência na Casa e sabe como é.

O SR. PAULO ROBERTO CORDEIRO - Nós trouxemos aqui exemplos do Vale do Silício, da região de Barcelona e da região da Galícia para desenvolver esse programa, que está dentro do INOVA-RN.

O nosso parque tecnológico é financiado pelo Banco Mundial, e sua concepção está em fase final.

Nós nos voltamos muito para as áreas de energias renováveis, indústria têxtil e indústria de porcelana.

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A. — AGN financia equipamentos para os empreendedores oriundos dessa safra. Eles receberam e vão



receber cada vez mais apoio do parque tecnológico e dos nossos centros regionais de inovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Eu quero parabenizar o Secretário Paulo Cordeiro, a quem agradeço pela excelente explanação do plano de trabalho, que é bem conciso. Eu sei que ele já está em prática, e temos intenção visitá-lo em breve, porque queremos divulgar políticas públicas exitosas que, muitas das vezes, ainda são desconhecidas pela maioria dos brasileiros. Esse é um plano moderno, ambicioso e que tem dado certo. Então, parabenizo o Governo do Rio Grande do Norte, por intermédio do Secretário Paulo Cordeiro.

Registro a presença do Deputado Goulart, de São Paulo. Muito obrigado, Deputado!

Eu passo a palavra ao representante da Superintendência de Ciência e Tecnologia do Piauí, o Sr. Francisco das Chagas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES LIMA - Obrigado a todos e a todas, em especial ao Presidente Deputado Jhc.

Estou à frente da Superintendência de Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico do Piauí. Sou professor da Universidade Estadual do Piauí e professor permanente da RENORBIO — Rede Nordeste de Biotecnologia. Então, cada vez que um Secretário fala bem do RENORBIO, eu fico alegre. Sou professor também de mais dois programas de pós-graduação.

Preparei a minha apresentação, basicamente, para abordar algumas considerações do Deputado JHC, como, por exemplo, o mapeamento dos programas de pós-graduação, em função da desigualdade no investimento. Vou apresentar como o investimento é desigual, mesmo o Nordeste tendo um número de doutores bem parecido com o do Centro-Sul.

De modo geral, no Brasil há um marco que divide o período antes 2006 do período de 2007 em diante. Até 2006, o investimento em pesquisa ainda era muito tímido, comparado com outros países. Basicamente, a pesquisa ficava centrada na Região Sudeste. Eu sou prova disso. Quando eu me graduei em Química, na Universidade Federal do Piauí, peguei o ônibus da Itapemirim e fui até São Paulo para fazer mestrado e, em seguida, doutorado. Uma parte do meu mestrado eu fiz



no Canadá. Eu tive que ir para São Paulo para poder estudar um pouquinho mais, porque os programas de pós-graduação estavam centrados na Região Sudeste, onde havia maior número de doutores.

A partir do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação — PACTI, que foi criado pelo MCTI — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, houve uma grande mudança, mas a maior parte do investimento ainda ficava na Região Centro-Sul, principalmente na região Sudeste. No entanto, os programas de pós-graduação no Nordeste começaram a surgir em maior número, principalmente programas de mestrado e doutorado. Consequentemente, como os alunos de graduação não precisavam mais se deslocar para o Sudeste, o número de doutores e mestres na Região Nordeste começou a aumentar, e começou a aumentar o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia.

Esse gráfico da CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior traz dados recentes de programas e cursos de pós-graduação, que nos permitem fazer uma comparação entre o Nordeste e o Sudeste. O D é de doutorado, o M é de mestrado e o F é de mestrado profissional. *(Mostra imagem.)* Os números de doutorado do Norte, do Nordeste e do Sudeste são bem próximos. O Nordeste tem mais programas de doutorado que o Sul. Porém, em relação aos programas de mestrado/doutorado, há uma inversão, isto é, o Sul tem mais programas de mestrado/doutorado — as duas modalidades. Já o número do Sudeste vai lá para cima, e isso é uma implicação direta do investimento direcionado a essa região. Quanto mais investimento, mais condições os pesquisadores terão de fazer pesquisa de ponta e, consequentemente, o programa de mestrado passa a ter doutorado também.

Dados de 31 de janeiro de 2015 mostram que existem aproximadamente 102 mil doutores no Brasil, sendo que quase 22 mil estão no Nordeste, 19 mil estão no Sul e 48 mil estão no Sudeste. Existem mais doutores no Nordeste do que no Sul, mas o investimento nessas regiões é bem diferente. É claro que o Sudeste ainda continua tendo o maior número de doutores.

Essa tabela aqui mostra o número de doutores na área de saúde. *(Mostra imagem.)*



Há quase 22 mil doutores no Nordeste, e os Estados de Sergipe, Piauí, Maranhão e Alagoas são que têm o menor número de doutores.

Por que eu só mostrei doutores? Porque as agências de fomento só financiam doutor, não financiam mestre. O CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico tem apenas uma linha de crédito para mestre, que é um projeto financiado pela PETROBRAS chamado Projeto Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação, cujo objetivo é fixar mulheres em áreas de gente “maluca” como Física e Química — minha área é a Química.

Este eslaide mostra a principal área de atuação dos nossos doutores. (*Mostra imagem.*) Na Região Nordeste, a maioria dos 22 mil doutores está nas áreas de Química e Física, de um modo geral. Mas também estão em outras áreas, como Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Engenharias. Por que eu coloquei essas áreas? Porque essas áreas são fundamentais para o desenvolvimento, sem desmerecer outras áreas, como Ciências Humanas. Mas a área de ciência e tecnologia é fundamental para o desenvolvimento do País.

O Sul e o Nordeste têm números de doutores bem equivalentes, mas isso não se repete na hora do repasse de financiamento, em que há grande desigualdade. Tem que haver descentralização do financiamento em relação ao Centro-Sul e o Nordeste, e entre os Estados do Nordeste.

O ano de 2007 está marcado em vermelho nessa tabela, porque ele foi um marco. (*Mostra imagem.*) A partir de então, começou a haver mais investimentos, mais projetos de ciência e tecnologia foram aprovados pelos órgãos federais de fomento e de inovação. A evolução desses números é bem significativa, e se deve ao fato de o Brasil ter procurado esse tipo de desenvolvimento.

Se me perguntarem se eu, como pesquisador e professor de universidade, concordo com o Programa Ciência sem Fronteiras, eu respondo que sim, mas também discordo de algumas partes, porque esse processo, na maioria das vezes, é feito sem que os pesquisadores, que estão diretamente com o aluno, sejam consultados. Isso seria fundamental, porque quem poderia direcionar os melhores alunos seria o orientador, e nós não somos consultados. Isso deveria ser corrigido. Eu ia até mencionar isso ao MCTI, mas o pessoal já saiu.



Eu destaquei em vermelho duas áreas em que o Nordeste é muito forte: biotecnologia e ciência. Há dois Fundos Setoriais que receberam um número bem significativo de dinheiro em 2015: o de biotecnologia e o de energia. Esses dados eu peguei recentemente de um *site* do CNPq.

Em 2015, o Sul recebeu o dobro de investimento em biotecnologia em relação ao Nordeste. Mas como isso pode acontecer se, como foi mencionado pelos Secretários, o maior programa de biotecnologia do País, que é o RENORBIO, está no Nordeste? Nós, da Rede Nordeste de Biotecnologia, só perdemos em número de patentes para a UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas, que tem o programa com o maior número de doutores. Uma coisa importante é que a elaboração do programa foi baseada na estrutura que já existia, não foi preciso criar uma estrutura.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES LIMA - Exatamente.

Eu queria falar um pouco sobre a energia solar e outras formas de energia renovável. Nós não temos necessidade de criar um novo programa, podemos juntar os programas já existentes — os programas de Química, de Física, de engenharia — e trabalhar em cima deles. Assim, nós não vamos mais ter contingenciamento de dinheiro, podemos dar esse direcionamento ao dinheiro que já existe.

No Nordeste, a energia solar é altamente importante, mas o investimento para aproveitar essa forma de energia naquela região é bem menor — chega a ser insignificante — em comparação com o Sul. No Nordeste, nós conseguimos aproveitar energia solar até à noite, porque o Nordeste é quente. Na verdade, é possível criar dispositivos para, química ou fisicamente, captar essa energia até à noite.

Em todas as áreas, o Sudeste sempre recebe mais investimento. Mesmo que o Nordeste tenha o mesmo número de doutores que o Sul, o investimento em ciência, tecnologia e inovação no Nordeste é muito menor.

Nesses gráficos, percebe-se a desigualdade que o Deputado mencionou em biotecnologia e em energia. *(Mostra a imagem.)* O gráfico da esquerda é sobre biotecnologia, o da direita é sobre energia. Embora o maior programa de biotecnologia esteja no Nordeste, nessa região só existem três locais onde há



financiamento em biotecnologia: Fortaleza, Pernambuco e Alagoas. Na região Centro-Sul, há mais locais de financiamento, apesar de o RENORBIO ser o programa de maior impacto e de ter sido espelho para vários outros programas. A questão da energia também não se compara lá.

Então, esse gráfico mostra o quanto esse processo é centralizado e como é necessário descentralizá-lo. A Casa tem que forçar essa descentralização. Como foi mencionado aqui, 30% dos Deputados são do Nordeste. Então, é possível pressionar e fazer com que mais verba seja direcionada para essa região.

Dados de 2013 e 2014 mostram que o investimento é bastante centralizado no Sudeste e no Sul, em comparação com o Nordeste. Mas hoje o Nordeste forma mais doutores em biotecnologia, que é uma área bem impactante no mundo.

Há outras áreas em que se investe em projetos de pesquisa. O Nordeste é uma grande potência em recursos hídricos, mas apenas cinco locais nessa região investem dinheiro em pesquisa nessa área. Na região Sudeste, o número é bem maior.

Outra área é a agropecuária. Não há investimento em ciência, tecnologia e inovação na agropecuária da região Nordeste, apesar da importância do MATOPIBA.

É altamente importante agregar valor à produção. No Nordeste existe um conceito muito pobre de valor agregado, porque geralmente se acha que agregar valor a um produto é simplesmente colocar um rótulo nele. Isso não é valor agregado! Agregar valor é introduzir biotecnologia, tecnologia ou inovação no produto, fazendo com que uma família que ganhe 600 reais, por exemplo, passe a ganhar 5 mil reais com aquilo que está sendo produzido. Por exemplo, o Brasil vende produtos como o mel de Picos, no Piauí, para os Estados Unidos. Lá, ele é processado e, quando nós compramos o produto, ele custa cinco, seis vezes mais do que o valor pelo qual nós o vendemos. Por quê? Porque eles agregaram valor, de fato. Então, rótulo é um valor agregado muito pobre.

Assim também ocorre com a inovação. As empresas, no Brasil, acreditam que inovar é comprar um equipamento moderno. Isso não é inovar! Inovar é usar aquilo que se tem para solucionar problemas dentro da própria empresa. Isso é inovar, de fato.



O Nordeste tem um grande potencial na área de recursos minerais, mas sua mineração é pouco financiada.

Secretários presentes, percebam que ora eu estou falando como Superintendente de Ciência e Tecnologia, ora estou falando como pesquisador. É importante dizer que, nos 5 primeiros anos após seu doutoramento, pode-se matar a carreira desse doutor ou se pode formar um doutor potente. Cito o exemplo de uma resposta do CNPq para um recém-doutor, relativa a uma solicitação de projeto para ele se fixar no Nordeste — isso é um grande problema hoje. A resposta diz o seguinte: *“A solicitação teve mérito reconhecido. No entanto, a análise comparativa com as demais propostas submetidas ao CNPq não alcançou a classificação desejada”*. Mas não se pode comparar um doutor recém-formado no Nordeste — ou formado no Sudeste e que tenha ido para o Nordeste — com um doutor já fixado do Sul ou do Sudeste, já com um nome. Isso também tem que ser levado em consideração e tem que ser discutido.

Também é muito importante dizer que não adianta o Brasil investir milhões em ciência, tecnologia e inovação, se não se melhorar o processo de patenteamento. A lei que regulamenta as patentes, que norteia a concessão de patentes é muito complexa, é muito difícil e complicada, por N fatores. Primeiro, o número de pessoas envolvidas no NIT — Núcleo de Inovação Tecnológica é muito pequeno. Enquanto nos Estados Unidos, em média, há de 300 a 400 pessoas, no Brasil, em média, existem oito pessoas. Em consequência, se compararmos a quantidade de patentes registradas por ano no Brasil, na China e nos Estados Unidos, perceberemos que no Brasil o número é quase constante, enquanto na China e nos Estados Unidos os números são crescentes.

Em média, a concessão de uma patente leva 12 anos no Brasil. É inviável que se leve 12 anos para patentear alguma coisa aqui, enquanto nos Estados Unidos isso leva, em média, 3 anos. Na área de inovação em TI, leva-se 6 meses nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, na área de computação e eletrônica, isso leva 12 anos. Se não houver uma mudança na lei para dar flexibilidade ao processo, não vai ser possível fazermos algo melhor.

Entre as dez maiores empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento no mundo, cinco são empresas de fármacos, mas elas não têm a



mínima coragem ou vontade de investir no Brasil. Por que elas não vão investir na área de fármacos aqui? Porque leva 12 anos para sair uma patente. Quando a empresa for ganhar dinheiro com aquela patente, já era, não há mais como ganhar dinheiro, o momento já passou. Então, isso é altamente prejudicial.

Na reunião com Secretários, Governadores e o pessoal do Ministro em Teresina, nós pretendemos discutir como deve ser essa nova lei, esse novo direcionamento aos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no Nordeste.

As áreas mais promissoras no Nordeste, quanto às suas potencialidades, são relacionadas à energia renovável, à biotecnologia e às doenças negligenciadas.

Não existe nenhum grande projeto de financiamento em biodiversidade na área da Caatinga, embora menos de 1% da Caatinga seja conhecida. Mas, em São Paulo, está sendo desenvolvido um fármaco para tratamento de câncer que veio lá do Nordeste, derivado de uma planta chamada cachorro-pelado, ou avelós. Saiu do Nordeste, do Piauí para São Paulo, onde foi patenteada. Por que não se patenteou no Nordeste? Porque lá não há investimento em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Portanto, tem que haver investimento.

Penso que devemos tratar o Nordeste como uma região com grandes potenciais que deve ser separada em blocos, em *clusters*. Por exemplo, devemos determinar o que há em comum no Maranhão e no Piauí, e fazer os pesquisadores conversarem entre si para que o financiamento seja direcionado para um projeto comum. Assim deve ser feito também entre Ceará e Piauí, entre Maranhão, Piauí e Ceará. É claro, eu estou falando do Piauí, estou me baseando naquilo que eu conheço, mas cada Estado tem suas potencialidades. Cada região, cada bloco, cada *cluster* do Nordeste tem sua fundamentação e sua importância.

Tirando o Tocantins do MATOPIBA, sobram Piauí, Maranhão e Bahia. Por enquanto, não existe nenhuma política do Governo que defina como será a preservação daquela área, daquela biodiversidade que ainda não foi estudada. Portanto, devemos ter uma aplicação biotecnológica para isso também.

Eu queria agradecer e me desculpar por passar um pouco do tempo. Eu me sinto honrado por vir a esta Comissão lhes apresentar esses dados, e espero contribuir um pouco. Eu participei de dois eventos altamente importantes: primeiro, da reunião com Governadores, Secretários e o Ministro; depois, desta audiência



pública na Câmara dos Deputados. Essa participação, para um pesquisador, é muito importante, porque os pesquisadores clamam pelo desenvolvimento de cada Estado e do País de um modo geral.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Nós agradecemos ao Sr. Secretário.

Estamos encerrando aqui as palestras. Como Presidente da Comissão, estou muito satisfeito. Fiquei muito feliz com o que nós pudemos captar em relação ao Nordeste brasileiro. Mostramos que aquela região tem capacidade, tem pessoas gabaritadas e tecnicamente preparadas, com competência para desenvolver estudos científicos e tecnológicos.

Foram apresentadas soluções, mas agora precisamos alinhar esse discurso com os demais Deputados, com as bancadas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, para que o Congresso Nacional desenvolva políticas públicas que levem mais investimento à Região Nordeste.

Como o Senador Inácio Arruda falou recentemente, acredito que assim resgataremos a nossa autoestima, as nossas potencialidades, mostrando que nós somos mais do que capazes.

Recebemos de Deus a dádiva de, agora, quando se propõe a mudança do combustível fóssil pelo renovável, o Nordeste brasileiro despontar como a região mais propícia ao aproveitamento dessa energia e ao desenvolvimento dessas novas tecnologias.

Sei que o tema é muito empolgante, mas, devido ao avançado da hora, vou restringir as palavras finais a apenas 2 minutos. Primeiro, vou conceder a palavra ao Secretário Inácio Arruda, e depois, ao Dr. Paulo Cordeiro, aos Secretários Pablo Viana, Francisco Chagas e Bira do Pindaré.

O SR. INÁCIO ARRUDA - Muito obrigado pela oportunidade, Deputado JHC.

O trabalho desta Comissão é muito importante. Talvez fosse interessante que a Subcomissão participasse da reunião em Teresina, no Piauí, porque algumas demandas da região necessitarão de alterações legislativas. Nós sempre precisamos de um suporte muito grande para dar continuidade aos programas que nós queremos desenvolver, como uma rede de energias renováveis, a exemplo da RENORBIO que tem grande sucesso. Nós também precisamos dar continuidade à



aplicação dos recursos, e isso significa fazer uma alteração legislativa na LDO e uma negociação política intensa dentro do Congresso Nacional.

Então, eu considero muito importante a presença de V.Exas., para que possamos fazer uma liga bem forte, que una Secretários e Governadores, mas que também una aquele um terço do Congresso Nacional composto pelos nordestinos.

Tenho a impressão de que podemos fazer uma forte aliança com o Norte do País e mesmo com o Cerrado, porque as lâminas do Chaguinha dão uma demonstração da concentração gigantesca, praticamente excluindo o Cerrado e o Norte do País, e mostrando o Nordeste com uma participação muito pequena. Acho que nós podemos fazer esse trabalho, essa composição.

Eu proporia que nós déssemos uma sugestão para o Governador Wellington Dias. Existe um importante instrumento de relação com as pequenas e microempresas — o Paulo citou aqui esta vertente —, que é exatamente o SEBRAE. O SEBRAE tem um fundo significativo para estimular as pequenas e microempresas da nossa região. Eu acho que é muito importante convidarmos o Presidente do SEBRAE para estar presente na reunião em Teresina, com Governadores e Ministros de Estado.

Espero que o Deputado JHC já faça o requerimento para que a Comissão possa nos acompanhar nos dias 16 e 17, lá em Teresina.

Muito obrigado, um abraço a todos. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Obrigado, Secretário Inácio Arruda.

Passo a palavra agora ao Dr. Paulo Cordeiro.

O SR. PAULO ROBERTO CORDEIRO - Quero enaltecer a iniciativa da Comissão.

Deputado JHC, foi extremamente gratificante participar. Estaremos sempre à disposição da Subcomissão, naquilo que ela necessite.

Em Teresina, nós temos que somar esforços. Compartilho do que o Inácio disse: seria muito importante que a Subcomissão lá estivesse presente também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Agradeço a participação do Secretário Paulo Roberto e passo a palavra ao Secretário Pablo Viana, do nosso querido Estado de Alagoas.



O SR. PABLO VIANA DA SILVA - Eu gostaria de saudar todos e de agradecer a oportunidade.

Reforço a importância da integração. Eu acho que o próximo encontro em Teresina é mais um momento para fortalecer essa integração. Nesse momento, nós reconhecemos que é imprescindível que todos os nove Estados se articulem de forma bastante organizada. Afinal de contas, estamos tratando do mesmo tipo de problema, que é a grande diferença que existe em relação às demais regiões, mais avançadas e mais desenvolvidas. Se nós conseguirmos unir nossos esforços de forma estruturada, vamos conseguir compartilhar algumas oportunidades e aproveitar as potencialidades que o Ceará, o Maranhão, o Piauí e o Rio Grande do Norte têm. Dessa forma, descobriremos caminhos para que Alagoas também participe das cadeias produtivas de outros Estados. É essencial estabelecer cooperações interestaduais e integrar as cadeias produtivas, para que as tecnologias e as pesquisas se desenvolvam entre Estados. O momento que está se configurando favorece essa articulação.

O segundo fator que eu acho importante — nós já mencionamos, e eu ressalto novamente, para finalizar — é desenvolvermos pesquisas em tecnologias que são essenciais para a vida no Nordeste. Eu falo de recursos hídricos e energéticos, com destaque para as energias renováveis. Não devemos encerrar a nossa pesquisa e a nossa tecnologia ao âmbito da subsistência. Também devemos avançar, como disse aqui o Secretário do Piauí, e adicionar valor às nossas pesquisas. Então, por que não avançar nos estudos em relação a células de combustível baseadas em etanol? Afinal de contas, temos condição plena de restabelecer em um novo patamar algumas cadeias produtivas que, outrora, foram fonte de renda para os Estados nordestinos. Então, se o resto do País tem avançado em algumas pesquisas de alto valor agregado, o Nordeste também precisa se posicionar para isso, enfrentando demandas imediatas, mas também pensando em questões emergentes. E, para isso, estamos contando justamente com a integração de todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Agradeço ao Secretário e passo a palavra ao Prof. Francisco das Chagas.



O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES LIMA - Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de apresentar um pouco desses números sobre investimento, que são tirados do próprio MDIC.

Estaremos aguardando todos lá em Teresina, nos dias 16 e 17. O evento será um marco muito importante para tentarmos descentralizar os investimentos. Eu sempre questiono isso: como o Nordeste é tido como um celeiro de mentes brilhantes, mas, de um modo geral, nós não conseguimos alavancar nosso desenvolvimento? Nós temos que analisar isso. Eu trouxe essas tabelas exatamente para promover essa reflexão da Comissão.

Eu e a Secretaria, de um modo geral, estamos à disposição da Casa para contribuir, se V.Exas. assim acharem necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Eu agradeço ao Prof. Francisco das Chagas.

Esta Comissão tem um corpo técnico que nos orgulha muito, mas solicito que, sempre que houver mais informações, V.Sas. nos enviem, porque elas serão muito bem-vindas.

Faremos aqui um debate prévio do que irá acontecer lá no Piauí. Peço que V.Sas. retransmitam a mensagem de que vamos fazer os esforços necessários para estar presentes naquela audiência, junto com os Governadores do Nordeste, que é muito importante.

Agora, vamos ouvir as considerações finais do Deputado e Secretário Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ - Eu quero parabenizar a Comissão, representada pelo Deputado JHC e pelos demais Parlamentares que aqui estiveram, por esta iniciativa. Peço a esta Comissão que nos ajude a construir essa agenda para o Nordeste, na área de ciência e tecnologia.

Esta atividade aqui acabou servindo de preparação para o nosso encontro em Teresina. A presença de V.Exas. lá, de fato, será importante. O desdobramento deste debate aqui também é necessário, porque, na reunião dos Governadores, nós vamos construir uma pauta, que certamente vai gerar uma discussão muito importante em todo o Brasil e, de maneira especial, neste Parlamento. Por essa razão, eu acho que a participação de V.Exas. é absolutamente indispensável.



Parabéns pela iniciativa! Nós nos colocamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Eu agradeço a V.Sa.

Fico muito feliz de, no dia de hoje, nós estarmos aqui azeitando essas relações. Vamos fazer um debate perene. Sempre que V.Sas. tiverem informações, que forem se atualizando, e acharem interessante enviar para a Comissão, não hesitem em fazer isso, entrem em contato. Nós temos todas as informações necessárias para o contato no Portal da Câmara, através da Comissão de Ciência e Tecnologia. Podem nos enviar, porque nós vamos estar também trabalhando no relatório final.

Concluindo os trabalhos, quero agradecer aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores, aos profissionais da imprensa, ao público em geral e, em especial, aos senhores palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas ao debate.

Está encerrada esta audiência pública. Muito obrigado. (*Palmas.*)